

nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012

## **Notícias Federais**

<b>Assuntos Econômicos</b> .....	<b>4</b>
<i>CDEIC aprova voto de acionista por meio de assinatura eletrônica ou certificação digital</i> .....	4
<i>CNI quer medidas rápidas do governo para tirar setor da estagnação dos últimos anos</i> .....	4
<i>Paim chama atenção para desindustrialização e aponta necessidade de defender empregos no Brasil</i> .....	5
<i>Substitutivo anticorrupção prevê multa de 20% sobre faturamento de empresas</i> .....	6
<i>ANVISA proíbe cigarros aromatizados e com sabor no país</i> .....	7
<i>Brasil e México ainda têm impasse sobre acordo automotivo</i> .....	8
<i>Interdição de estabelecimento por fraude em medicamentos poderá ser ampliada</i> .....	8
<i>Uso do aditivo químico ftalato na fabricação de produtos infantis poderá ser proibido</i> .....	9
<i>Comissão aprova obrigatoriedade de sistema bivolt em eletrodomésticos</i> .....	10
<i>Projeto proíbe publicidade inexata</i> .....	11
<i>Proposta regulamenta estacionamento grátis em shoppings</i> .....	11
<i>Senado recebe “novo” código do consumidor</i> .....	12
<i>Jayme Campos propõe obrigatoriedade de informações em braille em restaurantes</i> .....	14
<b>Infraestrutura</b> .....	<b>15</b>
<i>Câmara lança debate sobre mudança na Lei das Licitações</i> .....	15
<i>Audiência sobre cobertura de serviço de telefonia móvel em estradas federais</i> .....	15
<i>Adaptação dos contratos de arrendamento de terminais portuários</i> .....	15
<i>Projeto obriga poderes locais a disciplinar captação de águas de chuva</i> .....	16
<i>Audiência sobre terminais portuários privativos de uso misto</i> .....	17
<i>Comissão incentivar criação de postos de trabalho na Copa</i> .....	17
<i>Aprovado projeto que exige aplicação de recursos em eficiência energética</i> .....	18
<i>Projeto zera COFINS sobre contas de energia elétrica</i> .....	18

nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012

<b>Meio Ambiente.....</b>	<b>19</b>
<i>Frente Parlamentar lança guia com orientações sobre resíduos sólidos.....</i>	<i>19</i>
<i>CDU aprova projeto que regula limites de emissão de sons e ruídos.....</i>	<i>19</i>
<i>Câmara poderá voltar a discutir proibição de amianto no País.....</i>	<i>21</i>
<b>Tributos.....</b>	<b>22</b>
<i>Proposta concede isenção de IPI para indústria de móveis.....</i>	<i>22</i>
<i>Comissão aprova isenção fiscal para perfumes em áreas de livre comércio.....</i>	<i>23</i>
<i>Indústria quer trocar INSS por taxa de 0,8% a 1% sobre faturamento.....</i>	<i>24</i>
<b>Questões Institucionais.....</b>	<b>26</b>
<i>Comissão aprova novas regras sobre direito de resposta na mídia.....</i>	<i>26</i>
<b>Relações de Trabalho.....</b>	<b>28</b>
<i>Anibal Diniz defende multa para empresas que pagam salários menores para mulheres.....</i>	<i>28</i>
<i>Comissão diminui tributos de empresas que cedem empregados durante eleições.....</i>	<i>28</i>
<i>Supremo definirá nova regra sobre terceirização.....</i>	<i>29</i>
<i>Mexida na CLT vai provocar o engessamento dos empregos e prejudicar a economia.....</i>	<i>31</i>

## Notícias Estaduais

<b>Assuntos Econômicos.....</b>	<b>33</b>
<i>Trabalhadores e empresários do Paraná definem data para movimento contra a desindustrialização.....</i>	<i>33</i>
<i>Vendas da indústria despencam e FIEP já vê retração no semestre.....</i>	<i>33</i>
<i>CIN lança Catálogo da Indústria 2012.....</i>	<i>34</i>
<i>Flexibilidade é a palavra de ordem nas negociações internacionais.....</i>	<i>35</i>

nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012

<b>Infraestrutura.....</b>	<b>36</b>
<i>Cesar Filho debate projeto sobre prazo para entrega de imóveis com representantes do SINDUSCON.....</i>	<i>36</i>
<i>Portos serão parceiros do Governo no projeto Bioclima .....</i>	<i>37</i>
<i>Vigilância sanitária prepara operação para Copa 2014.....</i>	<i>37</i>
<i>Japoneses apresentam na FIEP tecnologias para recuperação energética de resíduos .....</i>	<i>38</i>
<i>Pesquisa no setor elétrico brasileiro entra em nova fase .....</i>	<i>39</i>
<b>Meio Ambiente.....</b>	<b>40</b>
<i>Deputados decidiram ainda adiar por três sessões a discussão do veto nº 011/12 .....</i>	<i>40</i>
<i>Conselho de Sanidade Agropecuária discute nova lei estadual de agrotóxicos .....</i>	<i>41</i>
<i>Projeto determina que açougues e supermercados identifiquem fornecedores de carne .....</i>	<i>43</i>
<b>Questões Institucionais .....</b>	<b>44</b>
<i>Assembleia aprova projeto que amplia Região Metropolitana de Londrina.....</i>	<i>44</i>
<i>Serraglio assume a coordenação da bancada paranaense .....</i>	<i>44</i>
<b>Relações do Trabalho.....</b>	<b>46</b>
<i>TRT do Paraná está entre os campeões da conciliação .....</i>	<i>46</i>
<i>Saúde avalia risco de contaminação de trabalhadores em indústrias de baterias .....</i>	<i>48</i>

## Notícias Federais

### Assuntos Econômicos

#### ***CDEIC aprova voto de acionista por meio de assinatura eletrônica ou certificação digital***

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) aprovou à unanimidade, substitutivo apresentado pelo relator, deputado Valdivino de Oliveira (PSDB/GO), ao PL 7655/2010, que autoriza o comparecimento de acionista à assembleia-geral de sociedade por ações por meio de assinatura eletrônica e certificação digital. O comparecimento vem acompanhado principalmente da capacidade do acionista de exercer seus direitos à distância, inclusive o de voto.

O substitutivo apresentado pelo relator e aprovado pela CDEIC mantém a possibilidade de exercício dos direitos de acionista à distância e inova nos seguintes aspectos:

- Determina que as procurações apresentadas em assembleia poderão ser outorgadas eletronicamente conforme dispuser o estatuto da companhia e, no caso das companhias abertas, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários; e
- A assinatura dos acionistas na ata da assembleia poderá ser suprida por declaração dos membros da mesa atestando que houve participação à distância da assembleia.

A proposta é meritória ao pretender adequar a legislação às inovações tecnológicas.

Contudo, merece ainda alguns aperfeiçoamentos, em especial no que se refere à formação da convicção do acionista em relação ao seu voto e à possibilidade de, por combinação prévia, ocorrer o voto abusivo.

Agora a matéria será objeto de discussão e análise na Comissão de Finanças e Tributação – CFT.

Fonte: CNI

#### ***CNI quer medidas rápidas do governo para tirar setor da estagnação dos últimos anos***

"Não podemos deixar a indústria brasileira acabar", declarou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, ao defender, rapidez do governo em iniciativas de apoio à indústria, como a adoção de medidas que encurtem os prazos dos licenciamentos ambientais, aumentem os investimentos em infraestrutura e diminuam a burocracia.

Segundo ele, a agilidade é fundamental para tirar a indústria da estagnação, acentuada no tímido crescimento de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado. "Essas medidas, que podem ser resolvidas no âmbito do Poder Executivo e não dependem de aprovação de leis no Congresso, precisam ser agilizadas", declarou o presidente da CNI em entrevista à rádio Jovem Pan.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

Elogiou as ações governamentais para atenuar a valorização cambial, como a ampliação do prazo de cobrança do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) na liquidação das operações cambiais, e proteger a indústria nacional de concorrências desleais, como o aumento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) nos carros importados de quem não opera fábrica no Brasil.

"Estamos no caminho certo. Isso é necessário, pois o Brasil enfrenta problemas estruturais que vão demorar mais tempo para serem corrigidos, como as questões tributárias e a deficiência de infraestrutura. Enquanto não conseguimos resolver essas questões, não podemos deixar a indústria brasileira acabar.", assinalou.

Andrade enfatizou que o setor industrial é estratégico para o país, por ser responsável pelo desenvolvimento de novas tecnologias, aumento da competitividade de outros setores e qualidade do emprego. Acrescentou que a indústria paga bons salários e qualifica trabalhadores de ponta para o desenvolvimento do país. "O Brasil não pode abrir mão de sua indústria", ressaltou.

Previu, para este ano, que a atividade industrial deve manter-se próxima à estabilidade, mas disse esperar que a participação da indústria no PIB deve cair, pelo acirramento da concorrência com os produtos importados, devido à valorização do câmbio e aos gargalos estruturais à ampliação da competitividade. "Precisamos preparar, em 2012, as bases para crescermos melhor a partir de 2013", concluiu o presidente da CNI.

Fonte: Blog RT

### ***Paim chama atenção para desindustrialização e aponta necessidade de defender empregos no Brasil***

O senador Paulo Paim (PT-RS) chamou atenção em Plenário para o processo de desindustrialização vivido pelo Brasil e para a necessidade de políticas em favor da manutenção dos empregos no país. Ele observou que, se a globalização das últimas décadas teve consequências benéficas, também tem trazido diversos efeitos danosos. A indústria brasileira é que tem mais sofrido, apontou. O senador salientou que, na relação com a China, que a partir de 2009 tornou-se a maior parceira comercial do Brasil, e, como resultado, as indústrias de brinquedos, de tecidos, de calçados, de eletroeletrônicos, entre outras, apresentam dificuldade para competir no próprio mercado interno.

- O Brasil não está passando incólume à ascensão chinesa, resultante em grande medida da política do *dumping* cambial do gigante asiático, que inunda o mercado global com quinquilharias e também com produtos de alto valor agregado a preços artificialmente módicos. A indústria brasileira de bens de capital caminha para se transformar em mera maquiladora, em que as empresas irão se limitar à importação de peças para a montagem aqui de equipamentos para o mercado nacional – disse Paim.

O senador afirmou defender a indústria brasileira, sem, no entanto, esquecer-se de defender os empregos e os direitos dos trabalhadores. Para ele, o governo acerta ao adotar medidas

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

para estimular a indústria. Apontou, como ações fundamentais, a de enfrentar a sobrevalorização do real e de buscar permanentemente a redução da taxa de juros. Ele também mencionou os gargalos de infraestrutura, ainda precária em rodovias, portos e aeroportos, e a elevada carga tributária brasileira.

Quanto à questão tributária, Paim defendeu a aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/2011, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que uniformiza as alíquotas do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais de bens e mercadorias importados. O objetivo é o de desestimular as importações.

Sobre a possibilidade de o governo reduzir o percentual de contribuição das empresas sobre a folha de pagamento, Paim defendeu proposta de sua autoria (PLS 205/04) de 2005, o qual prevê a substituição gradual da contribuição das empresas, hoje incidente sobre a folha salarial, por dispositivo que fixa como base contributiva sua receita bruta. Segundo ele, a medida estimularia a indústria sem prejudicar os trabalhadores.

- Quero defender as indústrias nacionais, mas jamais deixarei de defender os empregos, o 13º, as férias, a carga horária limitada e a nossa Previdência de forma universal, de forma que os trabalhadores tenham direito à aposentadoria integral de acordo com o teto da Previdência, que hoje é R\$ 3.960,00, sem a aplicação do famigerado fator previdenciário – afirmou.

Fonte: Agência Senado

### ***Substitutivo anticorrupção prevê multa de 20% sobre faturamento de empresas***

A Comissão Especial dos Atos Contra a Administração Pública (Projeto de Lei 6826/10, do Executivo) se reuniu para apresentação do relatório do deputado Carlos Zarattini (PT-SP). A proposta prevê a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas por prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira. Zarattini afirmou que promoveu algumas alterações no texto, como a que restringe a responsabilização dos dirigentes à extensão de sua culpa nos atos lesivos à administração pública.

No caso das multas previstas, o relator prevê valores entre 0,1% e 20% do faturamento bruto do último exercício da pessoa jurídica, excluídos os tributos. Caso não seja possível apurar o faturamento, os valores ficam entre R\$ 6 mil e R\$ 60 milhões. O texto original determina que as multas sejam de valor entre R\$ 6 mil e R\$ 6 milhões.

O presidente da comissão, João Arruda (PMDB-PR), comunicou que o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo começa na próxima sexta-feira (16) e convocou nova reunião para o dia 28 deste mês.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012

### Política Industrial

#### **ANVISA proíbe cigarros aromatizados e com sabor no país**

Depois de mais de três horas de debate, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) banuiu os cigarros aromatizados e com sabor no país. Em reunião os quatro diretores da agência reguladora decidiram proibir a adição de substâncias que dão sabor e aroma aos cigarros e a outros produtos derivados do tabaco, como os mentolados e os de sabor cravo, chocolate e morango. Os cigarros com sabor vão sair das prateleiras somente daqui um ano e meio.

No caso do açúcar, a ANVISA cedeu aos apelos da indústria do fumo e manteve a adição, porém limitada à reposição do açúcar perdido na secagem da folha de tabaco. Segundo os fabricantes, o tipo de fumo mais usado no país perde açúcar no processo de produção e, por isso, é necessária a reposição. O açúcar foi motivo de impasse entre os diretores na reunião passada, em fevereiro, o que acabou adiando a decisão dia 13/03/2012. A medida vale para os produtos nacionais e importados. Estão isentos os destinados à exportação.

A indústria nacional e as importadoras terão um ano para adaptar o processo de fabricação do cigarro e seis meses para retirar de circulação os aromatizados. Para outros produtos, como charuto e cigarrilha, o prazo foi ampliado. São 18 meses de adequação e seis meses para recolhimento do mercado.

Fica permitido o uso de algumas substâncias nos derivados do tabaco: açúcar, adesivo, aglutinante, agentes de combustão, pigmento ou corante (usado para branquear papel ou na impressão do logotipo da marca), glicerol e propilenoglicol e sorbato de potássio. A proposta aprovada prevê ainda que novos ingredientes precisam passar pelo aval da agência reguladora para serem usados no futuro.

O relator da proposta, diretor Agenor Álvares, considerou a decisão positiva e disse que ela servirá para tornar o fumo menos atrativo aos adolescentes e crianças. “A nossa ideia é diminuir o número de novos fumantes”.

O diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), Carlos Galant, disse que o setor ainda vai avaliar o impacto financeiro da decisão. Ele argumenta que a retirada dos aromatizados pode estimular o contrabando. Além do açúcar, o setor queria também a permanência dos cigarros mentolados e dos que têm sabor de cravo, que foram banidos pela Anvisa. Os cigarros de mentol representam apenas 3% das vendas, conforme dados divulgados pelos fabricantes na semana passada.

Antes de tomar a decisão, os diretores da Anvisa ouviram opiniões favoráveis e contrárias ao banimento dos aromatizados. A pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Vera da Costa, disse que um estudo recente mostra que a maioria dos adolescentes de 13 a 15 anos procura pelos cigarros com sabor para experimentar o tabaco. “Colocar menta, morango, chocolate aumenta a aceitação desse produto e promove a experimentação. É preciso que a Anvisa mostre o que uma agência reguladora dentro do Brasil faz com os produtos do tabaco”, disse.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

Já Carlos Galant, representante da indústria tabagista, defendeu a permanência do mentol e do cravo no Brasil, justificando que um estudo norte-americano mostra que o mentolado não eleva o risco à saúde. O número de fumantes, segundo Galant, não caiu nos países que já retiraram esses aditivos. “Os cigarros mentolados já se encontram presentes no mercado brasileiro há décadas. O risco de câncer de pulmão ao cigarro mentolado é 41% menor.”

A versão original da proposta da Anvisa, em discussão desde 2010, era proibir a adição de açúcar e outros ingredientes que mascaram o gosto amargo do tabaco, como mentol, chocolate e baunilha.

Fonte: Revista Exame - Abril

### ***Brasil e México ainda têm impasse sobre acordo automotivo***

O México aceitou limitar suas exportações de veículos ao Brasil até 2014, mas manteve a recusa de aumentar de 30% para 45% o percentual de peças produzidas localmente na fabricação de seus carros.

O impasse voltou a travar a revisão do acordo automotivo entre os dois países, durante reunião na Cidade do México do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e do chanceler Antonio Patriota com autoridades mexicanas.

Os ministros contataram a presidente Dilma Rousseff sobre o tema, e a resposta foi que o aumento do índice de nacionalização para 45% em três anos é fundamental para um acerto entre os dois países.

No Brasil, esse percentual é de 65%. Como desde dezembro do ano passado os carros importados pagam 30 pontos percentuais a mais de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para entrar no mercado brasileiro, o raciocínio do governo é: de que adianta barrar a entrada de importados se os mexicanos, que não estão sujeitos à alta do imposto, exigem um percentual tão menor do que o Brasil?

Se os dois países baterem o martelo nas cotas, o México poderá exportar para os brasileiros no máximo US\$ 1,45 bilhão em carros de passeio neste ano, US\$ 1,56 bilhão em 2013 e em torno de US\$ 1,6 bilhão no último ano. Em 2011, as exportações chegaram a US\$ 2 bilhões, alarmando o governo brasileiro, que passou a insistir na revisão do acordo.

Fonte: Blog RT

### ***Interdição de estabelecimento por fraude em medicamentos poderá ser ampliada***

Os estabelecimentos que falsificarem ou adulterarem medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e saneantes poderão ser interditados de forma cautelar por prazo superior a 90 dias. Esse período de interdição consta da Lei nº 6.437/77, que define as infrações – e as respectivas penas – à legislação sanitária federal.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

A possibilidade de ampliação está prevista em substitutivo a projeto de lei (PLS 464/11) do senador Humberto Costa (PT-PE), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o autor do substitutivo, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), não é bom que a interrupção das atividades nesses casos seja limitada. Por isso, o substitutivo estabelece que as atividades fiquem suspensas pelo tempo necessário à realização de testes, provas e análises.

O substitutivo também proíbe o uso das instalações do estabelecimento punido para a prática de atividade similar enquanto durar a interdição. Valadares propõe o acréscimo dessas restrições na Lei nº 6.437/77 com base em sugestões contidas no próprio PLS 464/11. Humberto Costa defendia ainda que o projeto abrigasse a possibilidade de a autoridade policial ou fiscal envolvida na apuração do caso fazer a interdição cautelar do estabelecimento fraudador, desde que identificados indícios de irregularidade. O relator advertiu, entretanto, que a lei penal exige ordem judicial para a adoção dessa medida, o que o levou, portanto, a rejeitá-la no substitutivo.

Valadares também julgou desnecessária a proposta do autor de suspensão temporária das atividades do estabelecimento empresarial em caso de condenação penal transitada em julgado. No seu entendimento, o Código de Processo Penal já prevê a medida de segurança de fechamento de estabelecimento durante a execução da pena.

Como a CCJ aprovou substitutivo ao PLS 464/11, a matéria será submetida a turno suplementar de votação na próxima semana.

Fonte: Agência Senado

### ***Uso do aditivo químico ftalato na fabricação de produtos infantis poderá ser proibido***

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3222/12, da deputada Sueli Vidigal (PDT-ES), que proíbe o uso da substância ftalato na composição de brinquedos, produtos destinados ao público infantil como chupetas, mamadeiras, roupas, calçados e em material escolar. A substância é utilizada para tornar os plásticos mais flexíveis, facilitando seu manuseio.

Estudos recentes mostraram que o ftalato pode migrar para o organismo, afetando fígado, rins, pulmões e sistemas hormonais e reprodutivos, além de ser potencialmente cancerígeno. Segundo a deputada, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já reconhece os efeitos danosos do ftalato, mas somente a União Europeia aprovou uma legislação para controlar a fabricação de produtos com essa substância.

A autora afirma que o composto químico está presente em aproximadamente 87% dos plásticos usados na fabricação de brinquedos. “Alguns desses produtos são mastigados pelas crianças, nos primeiros anos de vida, como forma de amenizar o incômodo proveniente do crescimento da dentição em formação”.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

**Tramitação:** A proposta tramitará conjuntamente com outros quatro projetos (PLs 5831/09, 6388/09, 1197/11 e 3075/11). As propostas, que tramitam em caráter conclusivo, serão analisadas pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### ***Comissão aprova obrigatoriedade de sistema bivolt em eletrodomésticos***

Todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de uso doméstico comercializados no Brasil terão que ter tensão bivolt (127 e 220 volts). Projeto de lei com essa finalidade foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

De autoria do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto de lei (PLS 582/2011) ainda será examinado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), na qual receberá decisão terminativa.

Na justificativa da proposta, Crivella disse que o projeto visa facilitar a vida do cidadão que se muda para uma cidade com padrão de tensão diferente daquele adotado pelo fabricante de seus aparelhos eletroeletrônicos. Em sua avaliação, é fácil para o fabricante adotar uma solução definitiva para evitar problemas com tensões diferentes de equipamentos.

Em seu parecer pela aprovação da matéria, Lobão Filho (PMDB-MA) concorda com o argumento do autor. O dispositivo, na opinião do senador, vai evitar transtornos ao consumidor.

- Efetivamente, é muito mais econômico e seguro o fabricante solucionar esse dilema, pois ele dispõe de todas as condições tecnológicas para oferecer ao consumidor equipamentos com tensão bivolt. Com isso, evita-se que o usuário dos eletrodomésticos corra riscos inerentes à realização de adaptações em sua rede elétrica ou tenha que lidar com transformadores em sua residência - observou Lobão Filho.

O relator ainda ressaltou que a proposição não impõe "ônus excessivo" aos fabricantes, uma vez que não obriga a troca de equipamentos antigos e prevê prazo de 120 dias, contados da publicação da lei que resultar do projeto, para que os produtores nacionais e estrangeiros se ajustem à nova exigência.

Para isso, a proposta altera a lei que obriga a instalação em edificações de sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção em aparelhos elétricos especificados (Lei nº 11.337/2006).

Fonte: Agência Senado

nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012

## Direito do Consumidor

### **Projeto proíbe publicidade inexata**

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3187/12, do deputado Francisco Araújo (PSD-RR), que proíbe propaganda comercial que utilize imagens meramente ilustrativas, que não expressem com exatidão o produto ou serviço ofertado. A prática é equiparada à publicidade enganosa.

Francisco Araújo afirma que as imagens apresentadas tanto nas embalagens quanto nas peças publicitárias precisam atender ao princípio da correta divulgação, para evitar que o consumidor seja enganado. A proposta inclui a medida no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

**Cidadania plena:** A garantia da correta informação, diz o deputado, é princípio basilar da legislação de consumo. “Apenas pessoas bem informadas sobre produtos e serviços à sua disposição podem exercer plenamente a sua cidadania nas relações de consumo, aptas a escolher livremente e a cobrar dos fornecedores a correta oferta dos bens que venham a adquirir”, acrescenta.

Segundo Francisco Araújo, as imagens meramente ilustrativas na publicidade constituem “estelionato comercial”, já que muitos fornecedores divulgam produtos e serviços que não condizem com a realidade.

“É uma prática nefasta que, muitas vezes, induz o consumidor ao erro. Uma afronta aos princípios básicos da defesa do consumidor, que precisa ser urgentemente debelada”, propõe o autor do projeto.

O Código de Defesa do Consumidor já estabelece pena de detenção de três meses a um ano e multa para quem fizer ou promover publicidade enganosa.

**Tramitação:** O projeto está apensado ao PL 3190/97, que será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e pelo Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### **Proposta regulamenta estacionamento grátis em shoppings**

Tramita na Câmara projeto que regulamenta a cobrança de estacionamento nos shopping centers, centros comerciais, supermercados e estabelecimentos assemelhados. Pela proposta (Projeto de Lei 3130/12), do deputado Claudio Cajado (DEM-BA), será sempre gratuito o estacionamento por até uma hora. A gratuidade será de duas horas quando o consumidor apresentar nota fiscal de compra de no mínimo 15 vezes o valor da hora estacionada. O estacionamento será gratuito ainda por duas horas quando as compras efetuadas forem em valor superior a 25 vezes o da hora estacionada.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

O infrator fica sujeito às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), que vão de multa até a interdição total do estabelecimento.

Claudio Cajado lembra que encontrar vagas para estacionar é cada vez mais difícil, em especial nas grandes cidades. “O vigoroso crescimento da demanda por vagas tem levado muitos estabelecimentos a cobrar preços elevados pelo uso do estacionamento para reprimir abusos e dissuadir as pessoas de deixar seus veículos estacionados por longos períodos”, diz.

**Cobrindo custos:** Para o deputado, é preciso diferenciar os consumidores em função do valor dos produtos ou serviços adquiridos no estabelecimento. Quem compra, alega Cajado, concorre para cobrir os custos do estacionamento, enquanto quem apenas deixa o veículo estacionado usufrui facilidades sem contribuir com um único centavo.

O projeto, explica o autor, tem o mérito de fazer essa diferenciação entre clientes e também de garantir pelo menos uma hora de gratuidade, para contemplar quem fica no shopping por este curto período.

**Tramitação:** A proposta foi apensada ao Projeto de Lei 2889/97. Ambos serão analisados pela Comissão de Constituição e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### *Senado recebe “novo” código do consumidor*

A comissão de juristas encarregada de elaborar uma proposta de atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC) encaminhou ao Senado Federal um anteprojeto com sugestões de modernização nessa legislação.

A proposta busca regular e inserir mecanismos de proteção ao consumidor brasileiro em casos de compras pela internet, na oferta de crédito e endividamento das famílias e nos processos de causas coletivas, situações que não são expressamente previstas no CDC, em vigor desde setembro de 1990.

“A atualização que se propõe é cirúrgica. O CDC é um marco da cidadania, mas, passados 20 anos, precisa de atualização”, defende o ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, membro da comissão.

A proposta final da comissão foi formulada após 37 audiências públicas com senadores, procuradores da República e organismos de defesa do consumidor. O texto será agora encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado. Para entrar em vigor, ainda terá de ser aprovado pelo plenário, depois pela Câmara dos Deputados e, enfim, ser sancionado.

Na questão do comércio eletrônico, o projeto propõe a obrigatoriedade da identificação de contato e endereço físico em destaque nos sites de vendas. Também prevê a suspensão e

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

proibição de vendas por meio eletrônico de fornecedor reincidente em práticas abusivas, como atrasos na entrega dos produtos.

Outro capítulo restringe a publicidade de crédito para se evitar a indução ao superendividamento, proibindo, por exemplo, expressões como “taxa zero”. Pela proposta, os agentes financeiros serão obrigados a fornecer informações, com transparência, sob pena de redução forçada dos juros.

A coordenadora do PROCON-PR, Claudia Silvano, avalia que essa era a questão mais urgente para ser tratada no anteprojeto de reforma do CDC. Segundo ela, a nova redação permitirá uma abordagem jurídica mais precisa na resolução dessas situações. “Com essa interpretação pode-se verificar, por exemplo, se o próprio banco não foi irresponsável ao facilitar o crédito”, diz.

O especialista em Direito do Consumidor Bruno Miragem, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), considera positivas as mudanças. “A proposta não mexe com o que está dando certo, mas legisla de forma clara sobre questões que, até então, só garantiam proteção através de análise interpretativa”, avalia. Ele alerta, no entanto, para a possibilidade de que a discussão no Congresso enfraqueça o CDC. “O processo legislativo é algo que se sabe como começa, mas nunca se sabe como termina.”

**Proposta desagrada um dos “pais” do CDC:** A proposta de atualização do CDC desagrada um dos pioneiros na área do Direito do Consumidor no Brasil. O advogado, consultor jurídico e professor de Direito do Consumidor José Geraldo Brito, que foi coordenador-adjunto da comissão especial que elaborou o anteprojeto de lei que se transformou no CDC, considera a reforma “desnecessária e arriscada”.

“No momento em que se coloca na mesa do Congresso qualquer projeto que seja, todo mundo vai querer meter a colher. Tramitam nas duas casas mais de 500 propostas para alterar o Código. Todos esses parlamentares têm legitimidade para propor mudanças ao texto e todos vão querer aparecer de alguma forma. O CDC estará sujeito a pressões e lobbies de grupos. Basta ver o exemplo do que está acontecendo em torno da reforma do Código Florestal”, aponta.

#### **PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA MODERNIZAR O CDC**

**Comércio eletrônico:** Criação de um novo capítulo para cuidar desse tipo de relação de consumo; Todas as informações sobre a identificação do fornecedor, inclusive endereço físico, deverão ser disponibilizadas em destaque e com fácil visualização nos sites de vendas; O consumidor terá assegurado o direito de receber confirmação da transação e corrigir eventuais erros na contratação a distância; O fornecedor ficará proibido de enviar mensagens eletrônicas não solicitadas (spam) aos consumidores com os quais não possui relação de consumo prévia, ou que manifestaram sua recusa diretamente ou em cadastros de bloqueio; Reforça e facilita o direito de arrependimento em sete dias do contrato a distância; Inclui a pena de suspensão e proibição de utilizar o comércio eletrônico a fornecedor que for reincidente em práticas abusivas contra consumidores; Em caso de

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

descumprimento, um juiz poderá determinar o bloqueio de contas bancárias e a suspensão do repasse de pagamentos e transferências financeiras como forma de compelir o cumprimento;

**Superendividamento do consumidor:** Proíbe promover publicidade de crédito com referência a “crédito gratuito”, “sem juros”, “sem acréscimo”, com “taxa zero” ou expressão de sentido ou entendimento semelhante; Estabelece a concessão do crédito responsável, obrigando o fornecedor a, além de informar, aconselhar o consumidor e avaliar de forma leal as condições deste repagar suas dívidas, sob pena de redução dos juros; Cria a figura jurídica do “assédio de consumo”, definido como pressão ao consumidor, em especial se idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada, para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, em especial se a distância, por meio eletrônico ou por telefone, ou se envolver prêmios; Institui a conciliação em caso de superendividamento, de forma a estimular a repactuação das dívidas dos consumidores em audiências conciliatórias com todos os credores, onde se elabora plano de pagamento de até 5 anos para quitar suas dívidas, preservado o mínimo existencial.

**Ações coletivas:** Estabelece a prioridade de julgamento; Eficácia da decisão em todo território nacional, quando o dano ao consumidor for nacional; Cria medidas processuais que irão agilizar o andamento da ação coletiva.

Fonte: Gazeta do Povo

### ***Jayme Campos propõe obrigatoriedade de informações em braile em restaurantes***

O senador Jayme Campos (DEM-MT) manifestou preocupação com os deficientes visuais e comunicou ao Plenário a apresentação de projeto de lei que torna obrigatória a “confeção de cardápio, rol de serviços, normas explicativas e placas indicativas” em braile em restaurantes, hotéis bares e similares.

- Para quem não enxerga, qualquer ajuda é uma luz. Preferi começar com uma proposta simples, de fácil realização, mas para conscientizar nossa sociedade desse problema, transformando a todos em coparticipes num amplo programa de readequação urbana que facilite a vida dos portadores de deficiências.

De acordo com estatísticas apresentadas pelo senador, há no Brasil cerca de 800 mil pessoas com deficiência visual, um número que deve dobrar até 2020 acompanhando o aumento da expectativa de vida. Em sua avaliação, essas pessoas sofrem diariamente com barreiras para o desempenho de tarefas corriqueiras, e é função da democracia integrá-los à sociedade. Jayme Campos citou exemplos de empresas que adotaram medidas para facilitar a vida dos cegos, como a impressão de rótulos e cardápios em braile, e citou seu projeto de lei anterior que obriga o fornecimento de versão em áudio de manuais explicativos:

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

- Estaremos dando uma nova perspectiva e, sobretudo, construindo a verdadeira cidadania de milhares de pessoas.

Fonte: Agência Senado

## **Infraestrutura**

### ***Câmara lança debate sobre mudança na Lei das Licitações***

O deputado Fabio Trad (PMDB-MS) lançou dia 13/03 o debate virtual no portal **e-Democracia** sobre a proposta (PL 1292/95) de mudanças na Lei das Licitações (8666/93), da qual ele é relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

O e-Democracia, portal de interação da Câmara dos Deputados, tem o objetivo de incentivar a participação da sociedade no processo de elaboração de leis. No portal, são disponibilizadas comunidades virtuais para o debate de temas em tramitação na Casa. No caso da Lei das Licitações, quatro especialistas vão acompanhar o debate, dar sugestões ao relator e postar nos fóruns. São eles os juristas Celso Antonio Bandeira de Melo, Marlene Kempfer Bassoli, Wladimir Rossi Lourenço e Augusto Dal Pozzo.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### ***Audiência sobre cobertura de serviço de telefonia móvel em estradas federais***

A CCTCI da Câmara aprovou requerimento para a realização de audiência pública para discutir o PL 465/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura do serviço móvel pessoal em chamadas de roaming ao longo das estradas federais.

Participarão da audiência os seguintes convidados:

- Maximiliano Salvadori Matinhão – Ministério das Comunicações;
- Eduardo Levy – Sinditelebrasil; e
- Bruno de Carvalho Ramos – Anatel.

A audiência ainda não tem data marcada.

Fonte: CNI

### ***Adaptação dos contratos de arrendamento de terminais portuários***

A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados aprovou o PL 502/2011, que estabelece prazo e fixa regras para a adaptação de contratos de arrendamento de terminais e áreas portuários celebrados antes da Lei dos Portos (Lei n. 8.630/1993).

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

O projeto determina que os contratos de arrendamento de instalações portuárias que não foram adaptados às condições estipuladas na Lei dos Portos deverão sê-lo no prazo de 180 dias, a contar da publicação da nova lei, mesmo que se encontrem com prazo de vigência vencido.

Impõe, como condições para a adaptação dos contratos, que os arrendatários:

- Estejam atuando regularmente, em conformidade com suas obrigações legais e contratuais;
- Disponham de plano de investimentos destinados à ampliação, ao melhoramento ou à modernização das instalações portuárias, adequados ao respectivo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do porto, de forma a permitir a sustentabilidade do empreendimento, aumento da eficiência das operações portuárias e ganhos de escala operacional; e
- Repactuem com a Administração do Porto as obrigações e os direitos vinculados ao arrendamento, bem como as condições do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- O parecer do relator, dep. Devanir Ribeiro (PT/SP), concluiu pela aprovação do projeto, com uma emenda, que determina que, na adaptação dos contratos, deverá ser fixado novo prazo de vigência, com a condição de que o prazo total do contrato não ultrapasse 50 anos, contados da data de início da vigência da Lei dos Portos. O projeto original determinava que seriam 50 anos contados do início do contrato, somando-se o prazo inicial e prorrogação.

O projeto será ainda apreciado pelas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.

Fonte: CNI

### ***Projeto obriga poderes locais a disciplinar captação de águas de chuva***

Tramita na Câmara projeto que obrigam estados e municípios a instituir medidas voltadas para a retenção e o amortecimento das águas pluviais. Pela proposta (PL 3252/12), do Senado, o poder local deverá disciplinar a implantação obrigatória de sistemas de captação e retenção de águas de chuva em cada lote urbano.

Caberá ainda aos poderes locais definir os dispositivos necessários para a retenção das águas de chuvas nos projetos arquitetônicos. Para novos loteamentos, os planos diretores também deverão definir os percentuais máximos de impermeabilização dos lotes, assim como o excedente máximo de chuvas que será jogado na rede pública pelo terreno.

**Retenção:** Enquanto as leis locais não forem editadas, cada terreno urbano terá que reter, pelo menos, metade das águas das chuvas por ao menos uma hora antes de despejá-las na rede pública.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

De acordo com a autora do projeto, senadora Ana Rita (PT-ES), além de contribuir para a política de drenagem, essas medidas podem diminuir a demanda por água tratada. “A água das chuvas pode ser aproveitada para usos diversos, como a descarga de sanitários e a lavagem de automóveis”, argumenta.

**Tramitação:** A proposta foi apensada ao Projeto de Lei 6462/09. Ambos serão analisados em caráter conclusivo pelas comissões de Desenvolvimento Urbano e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### ***Audiência sobre terminais portuários privativos de uso misto***

No dia 28/3 às 14h, será realizada audiência pública conjunta da CAE, CI e CDR do Senado para discutir o PLS 118/09, que altera a Lei dos Portos para permitir que o investidor privado explore as instalações portuárias de uso privativo misto para movimentação de carga própria e de terceiros, independente do percentual de ambas as cargas.

Participarão da audiência representantes da CNI, da CNA, da Secretaria Especial de Portos (SEP), da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), do Porto de Paranaguá/PR e da Associação Brasileira de Contêineres de Uso Público (ABRATEC).

Fonte: CNI

### ***Comissão incentivará criação de postos de trabalho na Copa***

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou a instalação de uma subcomissão para avaliar a criação de postos de trabalho perenes com a Copa do Mundo de 2014 e outras grandes competições esportivas.

A iniciativa foi do deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP). De acordo com o parlamentar, as grandes competições esportivas que o Brasil sediará nos próximos anos (Copa das Confederações em 2013, Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016) têm o potencial de gerar um grande número de postos de trabalho. Contudo, esses empregos tendem a se extinguir após os jogos, principalmente pela falta de qualificação da massa de trabalho neles usada.

“É preciso desenvolver estratégias para que durante essas grandes competições haja uma intensa qualificação de mão de obra, com a criação de postos de trabalho que continuem existindo mesmo após a realização dos jogos”, conclui o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012

## Energia

### ***Aprovado projeto que exige aplicação de recursos em eficiência energética***

Os recursos destinados por empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a programas de eficiência energética devem ser aplicados de forma prioritária em iniciativas da indústria nacional. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). A matéria recebeu decisão terminativa da comissão.

De autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), a proposta altera a lei que trata dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica (lei 9.991/2000).

O projeto de Lei do Senado (PLS 430/2011), segundo explicou Ana Amélia, visa garantir que os projetos de iniciativa da indústria nacional recebam prioridade na concessão de financiamentos. Assim, observou a autora, haverá incentivo à indústria nacional, o que contribuirá para a criação de empregos, geração de renda e incorporação de tecnologias.

Pela lei vigente, esses recursos são recolhidos de empresas concessionárias do setor de energia elétrica para investimentos em P&D e em eficiência energética. No entanto, ressaltou Ana Amélia, apesar de determinar a destinação dos recursos para pesquisa e desenvolvimento exclusivamente a instituições nacionais, a lei não menciona a necessidade de aplicação, em empresas nacionais, no que se refere à eficiência energética.

- Com isso, o poder público, acertadamente, estimula as entidades nacionais voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, mas desperdiça importante oportunidade de, dentro dos limites do possível, estimular igualmente a indústria brasileira - disse Ana Amélia. Em seu parecer pela aprovação da matéria, o relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), observou que a proposta não incentiva a abertura comercial, mas estimula a indústria nacional no que se refere à inovação tecnológica.

Fonte: Agência Senado

### ***Projeto zera COFINS sobre contas de energia elétrica***

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3208/12, do deputado Valadares Filho (PSB-SE), que reduz a zero a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre as receitas de fornecimento de energia elétrica. A proposta altera a Lei 10.833/03, que trata da legislação tributária federal.

Valadares Filho argumenta que é urgente diminuir os impostos que incidem sobre as contas de luz. Ele lembra que, na composição do custo da energia, as taxas e impostos representam 45% do valor total. Há hoje no País 23 impostos e 13 encargos (municipais, estaduais e federais) sobre a energia elétrica.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

O deputado explica que, apesar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo de responsabilidade dos estados, representar o maior impacto tributário (29%) nas contas de energia elétrica, o Congresso pode contribuir para diminuir o peso dos tributos nessa área com a redução da COFINS, que é um tributo federal.

Valadares Filho ainda lembra que redução progressiva da carga tributária era um dos compromissos de campanha da presidente Dilma Rousseff.

**Tramitação:** O projeto será analisado pelas comissões de Minas e Energia; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votado pelo Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## **Meio Ambiente**

### ***Frente Parlamentar lança guia com orientações sobre resíduos sólidos***

A Frente Parlamentar Ambientalista realizou reunião para o pré-lançamento da publicação “Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: Manual de Orientação”. O evento foi organizado pela Frente, pelo Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos, pela Fundação SOS Mata Atlântica, pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) e pela Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (Abrid).

O guia, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a entidade Governos Locais pela Sustentabilidade, traz orientações para que os planos de resíduos sólidos estaduais, municipais e intermunicipais possam ser elaborados de acordo com as diretrizes definidas pela Lei 12.305/10 e pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Foram convidados para a reunião:

- o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Nabil Bonduki;
- o diretor de Ambiente Urbano, Silvano Costa;
- e representantes da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma) e da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### ***CDU aprova projeto que regula limites de emissão de sons e ruídos***

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer reformulado do deputado William Dib (PSDB/SP) pela aprovação do PL 263/2007 e apensados (PL 863/2007, PL 2330/2007 e PL 621/2011), na forma de substitutivo. O projeto original dispunha sobre diretrizes, critérios e limites na emissão de sons e ruídos de qualquer

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

natureza, e determinava a adoção dos limites da Norma Técnica Brasileira ABNT NBR 10.151 como aqueles acima dos quais se a emissão seria considerada como sendo prejudicial à saúde e ao sossego público. Também definia os tipos de ambientes externos, os limites de horários para emissão de sons e ruídos e as penalidades aplicáveis.

O substitutivo apresentado pelo relator em seu parecer reformulado, que acolheu algumas das sugestões oferecidas na audiência pública que debateu o assunto, transformou significativamente o projeto. O texto agora é mais genérico e abrangente, instituindo uma política nacional de conscientização, prevenção, controle e fiscalização das emissões sonoras. A proposta retira referências à norma ABNT NBR 10.151 (critérios, limites e metodologias) e dá ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) atribuição de estabelecer os padrões a serem observados no controle da poluição sonora resultante das atividades humanas (inclusive veículos rodoviários, ferroviários, aeroviários e aquaviários).

Ademais, dá aos órgãos municipais o papel de autorizar atividades extraordinárias (cívicas, culturais, desportivas e sociais), atendendo aos critérios da proposta, e assegura aos estabelecimentos de ensino e às entidades religiosas o exercício de suas atividades regulares no horário compreendido entre 7 e 22 horas. Já as emissões sonoras consideradas para efeitos de saúde ocupacional obedecerão às normas regulamentadoras publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Por fim dá à União, aos Estados e aos Municípios, entre outras atribuições, o papel de regulamentar as disposições necessárias, conceder licenciamento ambiental e dar cumprimento ao estabelecido na proposta, dentro de suas competências.

A CNI é divergente ao substitutivo por entender que, não obstante ter extraído o que de melhor havia na proposta inicial e seus apensos, a proposta contém vícios de legalidade e constitucionalidade, pois invade a competência do Poder Executivo de regulamentar matéria de poluição ambiental e a dos Municípios de legislar acerca do controle e das medidas de prevenção e repressão a práticas que afetem o sossego dos cidadãos. Também não merece apoio por não conter dispositivos relativos às atividades produtivas; é de fundamental importância que seja observada a anterioridade da instalação de indústrias em relação à ocupação do solo em áreas originalmente distantes dos centros urbanos e que se transformaram de uso misto com o crescimento da cidade. Igualmente importante é dar tratamento diferenciado para setores produtivos cujas especificidades demandam flexibilidade nos níveis de ruídos, tal como foi o dado aos estabelecimentos religiosos e de ensino.

O projeto tramitará ainda pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e de Constituição e Justiça (CCJC), e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Fonte: CNI

nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012

### **Câmara poderá voltar a discutir proibição de amianto no País**

A Câmara poderá retomar nas próximas semanas a discussão sobre a proibição do uso de amianto no Brasil. Uma das possibilidades é votar relatório apresentado em 2010 por grupo de trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que analisou as implicações do uso do amianto e seus efeitos sobre a saúde e a natureza. O texto, do ex-deputado Edson Duarte, propõe a eliminação do amianto da cadeia produtiva brasileira, mas nunca foi votado.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Sarney Filho (PV-MA), admite que poderá colocar o parecer em votação. “Muitos membros da comissão estão ligados à causa da sustentabilidade e, por isso, esse relatório deve ser aprovado. Aí nós vemos como vai ser nas outras instâncias, como a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) e o Plenário”, avalia Sarney Filho.

Regimentalmente, para que o relatório de Edson Duarte seja retomado, o grupo de trabalho teria que ser reativado e um novo relator designado.

**Aposentadorias:** Interessado na retomada do debate, o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), que pediu vista da matéria na época da votação juntamente com Fernando Marroni (PT-RS) e o então deputado Fernando Gabeira, avisou que, se for possível, subscreverá o relatório e solicitará sua inclusão na pauta a Sarney Filho. “Pedimos vista porque estavam tentando derrotar o parecer do Edson Duarte e nós queremos eliminar o amianto. É prejudicial à saúde, ao sistema respiratório. Existem trabalhadores aposentados por manipular amianto”, afirma Tripoli.

Caso não seja possível subscrever o documento, Tripoli apresentará projeto de lei com o mesmo teor. “Vou ver de que maneira o relatório pode entrar na pauta. Se for o caso, elaboro um projeto de lei e apresento.”

Na Câmara, alguns projetos de lei abordam o assunto. O PL 176/11, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), por exemplo, classifica o resíduo de amianto ou asbesto como resíduo industrial perigoso. A proposta aguarda votação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

**Audiência:** A Comissão de Seguridade Social e Família também poderá trazer o tema de volta à discussão. Em dezembro passado, o colegiado aprovou relatório da subcomissão especial criada para avaliar as condições de saúde do trabalhador. Uma das sugestões do relator na subcomissão, deputado Dr. Aluizio (PV-RJ), foi a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente.

Dr. Aluizio disse que re fará o pedido de audiência. “É consenso que o amianto deve ser proibido por causa do dano que ele traz à saúde do trabalhador”, defende.

**Câncer de pulmão:** O amianto é uma fibra encontrada em estado bruto na natureza. Por ser resistente a altas temperaturas, foi muito usado em pastilhas e lonas de freio, mas seu uso

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

mais comum é em telhados. Ao ser manipulado, o amianto solta fibras no ar, que são absorvidas na respiração e provocam doenças como o câncer de pulmão e a asbestose. Esta última doença é uma formação extensa de tecido cicatricial nos pulmões causada pela aspiração do pó de amianto.

Na semana passada, 22 instituições dedicadas à saúde divulgaram documento listando os malefícios do amianto, considerado cancerígeno pela Organização Mundial da Saúde. As instituições pedem o banimento da substância. Trecho do documento chama a atenção dos Três Poderes para o problema e pede "que o Brasil não faça vexame na Rio + 20".

**Proibição em 50 países:** Mais de 50 países já proibiram o uso da fibra. O Brasil ainda permite seu uso controlado em telhas, caixas d'água e tubulações, entre outros produtos utilizados na construção civil. Alguns estados, como São Paulo, já proibiram a industrialização e a comercialização do material.

Atualmente, a única mina em funcionamento no País fica em Minaçu (GO) e é de lá que vêm os argumentos contrários à proibição do amianto. Em audiências sobre o assunto na Câmara, representantes dos trabalhadores da mina pediram a rejeição do relatório. Os funcionários disseram que trabalham com "índice zero" de doença e que a proibição prejudicaria a economia do município.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## **Tributos**

### Impostos

#### ***Proposta concede isenção de IPI para indústria de móveis***

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3207/12, do deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), que isenta móveis do pagamento de IPI por um período de seis meses a partir da entrada em vigor da proposta. Incluem-se na medida os móveis classificados no capítulo 94 da tabela do imposto (TIPI), como mobiliário médico cirúrgico, colchões e aparelhos de iluminação, além de mobiliário doméstico.

A fim de atender aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), o projeto estabelece que o Poder Executivo deverá estimar o montante da renúncia fiscal decorrente da isenção e o incluirá no demonstrativo que acompanha a proposta de lei orçamentária.

Com a medida, Eliseu Padilha espera estimular a indústria moveleira. Ele observa que o setor vem apresentando perdas desde o início da crise financeira em 2008, principalmente nas exportações. Segundo o parlamentar, houve mais de 30% de queda no valor exportado nos últimos anos. "Em 2011, além do pequeno crescimento econômico do Brasil, as indústrias

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

enfrentaram mais um problema: a baixa demanda interna por móveis”, acrescenta o deputado.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor possui 15.459 empresas e emprega 293,3 mil pessoas no País.

**Tramitação:** A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### ***Comissão aprova isenção fiscal para perfumes em áreas de livre comércio***

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional aprovou o Projeto de Lei 2337/11, do deputado Raul Lima (PSD-RR), que isenta do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os perfumes e produtos de higiene pessoal comprados em áreas de livre comércio para consumo interno no local.

O benefício tributário terá vigência, de acordo com a proposta, nas áreas de livre comércio de Boa Vista e Bonfim (RR); Tabatinga (AM); Guajará-Mirim (RO); Macapá e Santana (AP); e Brasília e Cruzeiro do Sul (AC). Atualmente, o Decreto-Lei 288/67, que criou a Zona Franca de Manaus, permite a entrada de perfumes estrangeiros com isenção nos casos de uso no local.

De acordo com o relator na comissão, deputado Gladson Cameli (PP-AC), a proposta vai atender o objetivo das áreas de livre comércio de estimular a economia local. O impacto financeiro do projeto é, segundo Cameli, menor do que o concedido à Zona Franca de Manaus.

#### **Produtos**

Pelo projeto terão direito à isenção dos impostos os seguintes produtos:

- Perfumes;
- Produtos de barbear (gel de barba, pós-barba);
- Desodorantes corporais;
- Cremes, bronzeadores;
- Batom, rímel e demais produtos de maquiagem;
- Produtos de manicure e pedicure;
- Xampus, sabonetes e demais produtos para banho;
- Produtos de depilação;
- Pastas de dente, fios dentais e outros produtos de higiene bucal;
- Desodorantes de ambiente.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

**Tramitação:** A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### ***Indústria quer trocar INSS por taxa de 0,8% a 1% sobre faturamento***

A possibilidade de ampliação da isenção da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos para outros segmentos industriais, considerada na semana passada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, seria bem recebida por alguns setores, como móveis, têxteis e máquinas e equipamentos. A alíquota sobre o faturamento cobrada como contrapartida, no entanto, teria que ser menor do que foi acordado para confecção, calçados e curtumes, de 1,5%, e situar-se entre 0,8% e 1% da receita bruta das companhias, afirmam associações industriais consultadas pelo Valor.

O setor têxtil chegou a negociar a inclusão no plano Brasil Maior, mas avaliou que a troca do recolhimento de 20% sobre a folha para 1,5% sobre a receita bruta não traria desoneração de fato, segundo Aguinaldo Diniz Filho, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). Agora, representantes do segmento pretendem voltar à mesa de negociação para pedir redução da alíquota para 0,8% sobre o faturamento para têxteis e também para confecção, dentro da avaliação de que o benefício não foi sentido por todas as empresas do setor. O custo tributário do trabalhador é muito alto e com isso perdemos competitividade. A alíquota de 0,8% seria muito vantajosa e poderia puxar o crescimento da indústria, com geração de empregos, afirma Diniz Filho.

A Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimóvel) também tem interesse na desoneração da folha. O setor participou das tratativas que instituíram o plano Brasil Maior, mas preferiu não ser incluído por considerar a alíquota de 1,5% desvantajosa. Nossa proposta é de cobrança de 0,8% sobre o faturamento, diz José Luiz Diaz Fernandez, presidente da Abimóvel. Para ele, empresas de grande porte, que fizeram investimentos vultosos em automação, seriam mais beneficiadas por taxa ainda menor, entre 0,4% e 0,6%. Por isso, a Abimóvel trabalha com alternativas em que a mudança do regime seja opcional ou alíquotas diferenciadas sejam aplicadas por nível de faturamento.

A Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) se reuniu com o Ministério da Fazenda em julho do ano passado para discutir os contornos da substituição da tributação. No entanto, o setor não ficou satisfeito com a alíquota de 1,5% proposta pelo governo. De acordo com o assessor econômico da presidência da associação, Mario Bernardini, no modelo inicial, a arrecadação federal iria aumentar, enquanto não haveria ganho no faturamento. Alíquota de 1% é neutra para o governo e dá um aumento de 1,7% [no faturamento] para as empresas. É uma medida bem-vinda, se o governo quiser rediscutir, mas não é suficiente, afirma.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

Segundo ele, mesmo se ocorresse apenas a isenção do INSS, a receita bruta das empresas cresceria 2,1%, o que não é suficiente para concorrer com o alemão, quanto mais com o chinês. Mesmo assim, a Abimaq quer apresentar uma proposta de troca de tributos à Fazenda. Tudo ajuda nessa hora. Com 2% de ganho aqui, uma desvalorização do câmbio ali e uma taxação maior do importado, tudo isso somado, dá diferença.

O setor de calçados, que aderiu à mudança em dezembro, diz que ela foi benéfica. Segundo cálculos da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), o impacto foi como se a contribuição patronal do INSS tivesse caído de 20% para 12%. Ganhamos 1% no faturamento. Junto com o aumento de 1,5% na alíquota do PIS/Cofins para os importados, ficamos com preço cerca de 2,5% mais competitivo, diz o presidente da associação Milton Cardoso.

A Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) também não irá pleitear a revisão da alíquota, que para o setor de TI é de 2,5%. Segundo Antonio Gil, presidente da entidade, o balanço inicial é positivo. O primeiro ano será importante para que possamos fazer uma avaliação mais precisa, segundo Gil. A princípio, segundo simulações feitas pela Brasscom, a desoneração para o setor deve ser de R\$ 1 bilhão no primeiro ano.

A Confederação Nacional de Serviços (CNS), no entanto, discorda de que o benefício tenha sido geral e afirma que as microempresas do setor de TI foram oneradas com a medida. Luigi Nese, presidente da CNS, propõe outra alternativa de desoneração da contribuição patronal, em que a contrapartida seria contribuição de 0,9% sobre movimentação financeira para toda economia.

Como o ministro Mantega sinalizou que os acordos serão fechados por setor, as empresas de menor porte podem ser prejudicadas. O Sindicato da Micro e Pequena Empresa do Estado de São Paulo (Simpipi) explica que, no segmento, a maioria das indústrias com faturamento baixo emprega, proporcionalmente, mais mão de obra.

Na micro ou pequena empresa em que a folha de pagamentos representar 20% do faturamento, o impacto da contribuição patronal ao INSS seria de 0,62% do faturamento bruto, calcula a entidade. Já naquelas em que a folha representa 30% do total de vendas, o impacto será de 0,93%. Uma alíquota de 1,5% sobre o bruto só é boa para empresa prestadora de serviço, ou aquela indústria com mão de obra intensiva, em que a folha represente mais de 37% do faturamento, afirma o presidente do sindicato, Joseph Couri.

Para Fabio Silveira, sócio-diretor da RC Consultores, quanto maior a participação da mão de obra no custo da produção, mais atrativa é a substituição. Outros setores da indústria onde há maior densidade tecnológica não devem optar pela troca. A automobilística, por exemplo, não vai entrar, pois tem faturamento muito alto. Além disso, setores com altos índices de terceirização, que não recolhem INSS, também não vão ter vantagens se mudarem de sistema, avalia o consultor.

Fonte: Blog RT

## Questões Institucionais

### *Comissão aprova novas regras sobre direito de resposta na mídia*

Garantia de direito de resposta sem ameaça à liberdade de imprensa. Esse foi o argumento que garantiu a aprovação por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do projeto de lei (PLS 141/11) do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que regula o exercício do direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. Como foi aprovada em decisão terminativa, a matéria seguirá direto para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

Vácuo jurídico aberto por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ao considerar inconstitucional a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67) motivou Requião a apresentar o PLS 141/11. O peemedebista resgatou proposta apresentada em 1996, que contou com aprovação unânime do Senado, mas foi arquivada na Câmara. Com a recente “liquidação” da Lei de Imprensa, decidiu colocar novamente em discussão a garantia de um rito especial e célere para o direito de resposta.

- Nos últimos três anos, o Senado enviou 148 cartas para a imprensa para a correção de erros e afirmações descabidas e sequer uma foi publicada. O projeto só quer contrabalançar a provável, e freqüente, irresponsabilidade (da imprensa), abrindo direito de resposta com rito rápido e seguro – comentou Requião.

Antes mesmo de apresentar seu parecer favorável, com emendas, ao PLS 141/11, o relator, senador Pedro Taques (PDT-MT), fez questão de deixar claro que o projeto “não quer cercear o direito à informação nem censurar a imprensa, que deve ser livre”.

- A liberdade de imprensa deve ser cultuada por todos, mas é bom lembrar que liberdade rima com responsabilidade. Aqui não se trata – porque seria inconstitucional – de censura prévia ou limitação de conteúdo. Trata-se só do direito de resposta – enfatizou Taques.

Na avaliação do relator, a falta de uma norma específica regulando as relações da mídia com a sociedade prejudica o pleno exercício do direito de resposta assegurado pela Constituição. Ele justificou ajustes feitos no texto original com o argumento de compatibilizar a manifestação do ofendido pelos meios de comunicação com a garantia de liberdade de expressão, de modo a impedir excessos e eventuais arbitrariedades.

**Retratção espontânea:** A proposta assegura ao ofendido a divulgação de resposta gratuita e proporcional ao agravo. Mas impede o exercício desse direito em caso de retratção espontânea do veículo, resguardando, entretanto, a possibilidade de ação de reparação por dano moral.

Esse aspecto do projeto não foi alterado pelo relator, mas o próprio Requião, instigado por dúvida levantada pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), questionou o critério a ser seguido para se considerar satisfatória uma retratção espontânea. Randolfe indagou se não

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

seria inconstitucional o fato de essa atitude voluntária do veículo de comunicação inviabilizar o direito de resposta.

Taques não vê risco de inconstitucionalidade se a retratação espontânea ocorrer de modo proporcional ao agravo, ou seja, for divulgada com o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão. Em resposta a Requião, observou que o ofendido é quem vai avaliar se a réplica voluntária cumpriu essas exigências e, caso não se sinta atendido, entrar com contestação na Justiça.

**Prova:** Por sugestão de Requião e do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), o relator reviu emenda e dispensou a exigência de prova “inequívoca” para o juiz – em decisão provisória – fixar data e demais condições para veiculação da resposta ou retificação da ofensa, a ocorrer em prazo não superior a dez dias. Requião temia que a expressão “inequívoca” pudesse criar litígio no processo. Já Demóstenes argumentou que nenhum juiz decide em caráter liminar sem prova que não tenha lastro, o que tornaria dispensável, portanto, esse termo.

Outra preocupação de Randolfe, também acolhida por Taques, relacionava-se à obrigatoriedade de quem garantiu direito de resposta por liminar, e teve essa decisão revista em sentença, arcar com as custas processuais e despesas pela veiculação da resposta. Taques explicou que essa providência tinha a intenção de evitar ações temerárias (sem fundamento) contra a mídia, inclusive com fins políticos. A solução para resguardar o cidadão de boa fé foi dada por Demóstenes: imputar essa taxaço apenas em caso comprovado de ação temerária.

**Outras mudanças:** Por recomendação de Taques, o ofendido deverá exercer o direito de resposta no prazo de 60 dias, contado da data da primeira divulgação – e não da última, como propôs Requião – da matéria. Sem perder de vista a exigida proporcionalidade entre resposta e agravo, o relator eliminou do projeto a previsão de que a resposta a ofensa veiculada pela televisão ou pelo rádio tivesse acréscimo de três e dez minutos, respectivamente, com defendido na proposta original.

O PLS 141/11 estabelece ainda que o juiz, após receber o pedido de resposta ou retificação, terá 24 horas para mandar citar o responsável pelo meio de comunicação. A sentença deverá ser expedida em, no máximo, 30 dias após o ajuizamento da ação, salvo na hipótese de conversão do pedido em reparação por perdas e danos.

A exemplo dos demais senadores, Alvaro Dias (PSDB-PR) concordou que o PLS 141/11 preenche uma lacuna no ordenamento jurídico com a declaração de inconstitucionalidade da Lei de Imprensa.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

O senador pelo Paraná listou como pontos essenciais da proposta o prazo decadencial de 60 dias para direito de resposta; a exclusão dessa possibilidade para comentários de leitores feitos em sites dos veículos de comunicação; a exigência do pedido de resposta ser enviado por correspondência com aviso de recebimento ao responsável pelo veículo; e a garantia de resposta com o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão da ofensa.

Fonte: Agência Senado

## **Relações de Trabalho**

### ***Anibal Diniz defende multa para empresas que pagam salários menores para mulheres***

O senador Anibal Diniz (PT-AC) manifestou apoio ao projeto de lei que prevê multa para empresas que pagam às mulheres salários menores do que os pagos aos homens que exercem a mesma função (PLC 130/2011). A proposta, aprovada terminativamente na semana passada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), recebeu recurso de nove senadores para que seja novamente apreciada em Plenário.

Na avaliação de Anibal Diniz, o projeto trata de um tema fundamental, visando eliminar desigualdade “inaceitável” existente no mercado de trabalho. Segundo ele, sua aprovação representa uma conquista há muito tempo esperada não apenas pelas trabalhadoras, mas também por todos aqueles que estão comprometidos com o princípio de igualdade entre homens e mulheres.

Fonte: Agência Senado

### ***Comissão diminui tributos de empresas que cedem empregados durante eleições***

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou proposta que concede o abatimento de tributos e contribuições federais a empresas que cederem empregados ou imóveis à Justiça Eleitoral durante as eleições.

Pela proposta, o valor a ser descontado será definido por despacho do juiz eleitoral, em processo de liquidação judicial aberto até 24 horas após as eleições. O montante deverá ser arbitrado por qualquer técnico ou perito idôneo escolhido pelo juiz ou tribunal.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Ronaldo Zulke (PT-RS), ao Projeto de Lei 1047/11, do deputado Dr. Ubiali (PSB-SP). Uma das alterações propostas foi deixar clara a exclusão do benefício para empresas públicas, além de organizações filantrópicas ou outras pessoas jurídicas que já tenham benefícios fiscais da União. Segundo Zulke, a cessão de empregados e imóveis durante as eleições é uma contrapartida aos benefícios recebidos.

**Controle do Fisco:** As empresas que forem beneficiadas deverão, em até 60 dias, encaminhar à Receita Federal cópia da certidão judicial com os valores a serem descontados.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

“Tal obrigatoriedade visa permitir que o Fisco possa ter controle de créditos tributários concedidos”, disse Zulke. O texto original não previa repasse de informações para fiscalização,

O parecer apresentado por Zulke é o mesmo do deputado Valdivino de Oliveira (PSDB-GO) que saiu da comissão e deixou a relatoria.

O projeto aprovado também garante que as empresas que tiverem cedido seus funcionários ou imóveis para eleições realizadas nos três anos anteriores à data em que a lei for publicada poderão requerer a respectiva liquidação judicial.

**Fixação do valor:** Segundo a proposta, serão levados em conta para a definição do valor a ser abatido pela empresa:

- os dias de trabalho perdidos pelo trabalhador requisitado e os seus reflexos sobre a produtividade da empresa;
- os dias de folga a que o empregado tiver direito após a prestação do serviço eleitoral e os seus reflexos sobre a produtividade;
- a contratação de trabalhadores temporários e as respectivas repercussões trabalhistas para suprir a falta da pessoa requisitada durante a prestação do serviço eleitoral ou durante as folgas, após essa prestação, a que ela tiver direito;
- os pagamentos de água, luz ou outras tarifas administradas ou controladas pelo Poder Público que a empresa tenha de fazer em virtude da requisição;
- os gastos com material de escritório e de limpeza durante a cessão do imóvel à Justiça Eleitoral;
- os custos com a contratação de serviços terceirizados de limpeza ou de qualquer outro tipo, inclusive de reparos e serviços gerais, para restauração de pequenos danos ocasionados ao imóvel em virtude da requisição;
- quaisquer outros prejuízos e despesas em virtude da requisição, desde que devidamente comprovados.

O valor do abatimento terá tratamento de crédito fiscal e poderá ser usado total ou parcialmente, em até cinco anos, pela empresa em relação a quaisquer tributos e contribuições federais.

**Tramitação:** A proposta, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### **Supremo definirá nova regra sobre terceirização**

A terceirização vai ganhar regras mais claras em breve. O tema central do debate é a responsabilidade sobre os pagamentos dos contratados em caso de dívidas trabalhistas.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

Ou seja, se a empresa que contrata os serviços de uma terceira pode ser responsabilizada pelo não pagamento da contratada.

A maior polêmica envolve a administração pública, tradicional cliente de serviços terceirizados de limpeza, segurança e Tecnologia da Informação.

Historicamente, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) sempre entendeu que as causas de terceirização envolvendo o governo deveriam ser julgadas seguindo a súmula 331.

O documento estabelecia uma cláusula chamada no meio jurídico de responsabilidade subsidiária.

Significa, na prática, que se uma empresa contratada para executar a faxina de um prédio público não pagasse seus funcionários, o governo pagaria.

Com ações desse tipo crescendo muito nos últimos anos, o Tribunal ficou dividido.

Alguns juízes passaram a entender que a responsabilidade do governo não era presumida.

Tinha de ser comprovada.

Esse entendimento ganhou peso em uma consulta feita ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A principal corte do país entendeu que a responsabilidade do governo em arcar com esses pagamentos existe apenas quando há negligência em supervisionar a contratada.

Assim, cabe ao governo exigir documentos que comprovem o recolhimento regular do fundo de garantia.

Outros ministros do TST continuavam julgando os casos levando em consideração a culpa presumida.

A divisão das opiniões fez com que a situação chegasse a um impasse na semana passada.

Na quinta feira, o TST suspendeu a tramitação dos cerca de 10 mil processos de terceirização envolvendo governos. O Tribunal vai aguardar que o Supremo se manifeste definitivamente sobre o tema para padronizar os julgamentos.

Ao definir os critérios em que a administração pública terá de arcar com o pagamento, o STF vai ampliar a responsabilidade de fiscalização do contratante, acredita Carla Romar, do Romar Advogados.

"O governo, que tem sido mestre em contratar de forma equivocada, precisará ficar mais atento para não ter prejuízo futuro." A advogada atende diversas empresas que prestam serviços de informática para o governo que esperam que o julgamento do Supremo pacifique a questão nos tribunais.

A falta de cuidado do governo em terceirizar, no entanto, não é consenso entre especialistas.

Para Marcelo Gômara, sócio responsável pela área Trabalhista do escritório Tozzini- Freire, a Lei das Licitações engessa a escolha de prestadores de serviços. "Em alguns serviços, como segurança, o governo é obrigado a contratar a empresa que oferece o menor preço, o que limita muito a liberdade de escolha", critica.

Resolvida a questão no Supremo, os juízes terão de ser mudar o entendimento sobre a questão. Atualmente, para a maior parte dos ministros prevalece a tese que, em última instância, o governo é responsável por arcar com o pagamento, acredita Gláucia Massoni, do Fragata e Antunes Advogados.

nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012

"Os juízes costumam ser muito conservadores e protecionistas ao cobrar do governo dívidas das terceirizadas. Isso terá de mudar se o STF entender que a culpa tem de estar bem caracterizada." A advogada acredita que, embora a decisão do STF seja específica para a terceirização envolvendo o governo, as empresas também estarão atentas ao resultado do julgamento. "Será importante para orientar as empresas e mostrar os cuidados na hora de terceirizar."

Fonte: Blog RT

### *Mexida na CLT vai provocar o engessamento dos empregos e prejudicar a economia*

#### **O ENGESSAMENTO DOS EMPREGOS**

Existem hoje no Brasil 236 milhões de linhas de celulares ativas, um número superior ao da própria população (192 milhões de pessoas), e a internet chega a 40% dos brasileiros.

Um dos motores do avanço da chamada tecnologia da informação no país são as empresas. Hoje, os funcionários de uma empresa moderna precisam estar conectados – com seus chefes, colegas e clientes. Essa tecnologia, além da interconexão, permite que um número crescente de pessoas trabalhe, ao menos em parte de seu expediente, fora do escritório.

Estima-se que 11 milhões de brasileiros sejam adeptos do “teletrabalho”, como é conhecida a prática de trabalhar em casa. Mais que uma comodidade para os funcionários, essa prática está associada, em diversos países, ao aumento da produtividade. Os empregados deixam de perder horas preciosas e desgastantes no trânsito e podem ficar mais perto de seus familiares.

**O teletrabalho aumento a produtividade:** Estudos em diferentes empresas demonstram que o programa de teletrabalho, quando implantado corretamente e com metas claras a ser cumpridas, aumenta entre 15% e 55% o rendimento do funcionário. Por fim, o teletrabalho tem sido estimulado mundo afora como uma maneira eficiente de reduzir os congestionamentos e as emissões de carbono pelos automóveis nas grandes cidades.

Mas toda essa inovação acaba de se chocar, no Brasil, com a antiquada Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943 sob a ditadura de Getúlio Vargas, em um mundo no qual a internet não era coisa nem de ficção científica.

**Uma brecha que pode punir as empresas:** Um artigo acrescentado à CLT, no fim do ano passado, afirma que a utilização de celular e de e-mail para tratar de assuntos do emprego caracteriza relação de trabalho mesmo fora do ambiente da empresa.

Tal artigo abre uma brecha para a interpretação de que o uso de celular ou e-mail, mesmo que de forma pontual, configura jornada suplementar, o que pode acarretar custos enormes para as empresas com o pagamento de horas extras.

“É um caso exemplar para demonstrar quanto as leis brasileiras estão descasadas da realidade”, diz Emerson Casali, gerente de relações do trabalho da Confederação Nacional

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

da Indústria (CNI). Segundo especialistas, essa interpretação equivale a uma empresa querer fazer um desconto no salário do funcionário cada vez que ele atender a uma ligação da família ou responder a um e-mail pessoal dentro do escritório.

**Vêm aí mais processos trabalhistas. Em média, são 2 milhões de novas ações por ano:** Essa nova lei promete elevar ainda mais o número de processos trabalhistas que correm nos tribunais brasileiros.

São abertos, em média, 2 milhões de ações a cada ano. Nos Estados Unidos, segundo o sociólogo José Pastore, especialista em relações de trabalho, o número não passa de 75 000. É a prova cabal de que a lei serve para criar insegurança jurídica, aumenta os custos das empresas e assim restringe a expansão do emprego formal.

Uma empresa que presta serviços de tecnologia, em que as tarefas podem ser executadas por meio de computadores e a distância, é tratada da mesma forma que outras que necessitam da presença física dos funcionários. “Se houver cobrança generalizada de hora extra, a nova lei poderá reduzir contratações e a flexibilidade no horário de trabalho”, resume Luís Mário Luchetta, presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação.

Na Ticket, companhia que presta serviços na área de alimentação, 150 funcionários da área comercial possuem liberdade para executar suas atividades de casa. A economia gerada com o programa chega a 3,5 milhões de reais desde 2005, graças à redução de despesas com o espaço físico, por exemplo. “O mesmo funcionário hoje faz em média uma visita e meia a mais a clientes por dia. No fim do mês, são 1 770 visitas a mais. Em vez do horário, cobramos metas de desempenho”, diz Dalva Braga, diretora de vendas da Ticket.

**O Brasil, atrás no ranking da competitividade:** É essa vantagem, que se traduz em benefícios para empregado e empregador, que ficará ameaçada, a depender da aplicação que os juízes do Trabalho farão desse novo artigo da CLT.

Com medidas como essa, a economia brasileira continuará perdendo posições nos rankings que medem a competitividade dos países. Segundo o Fórum Econômico Mundial, entre 142 nações avaliadas, o Brasil fica na posição de número 121 no que diz respeito à flexibilidade das leis trabalhistas.

Enquanto isso, três em cada dez trabalhadores seguem na informalidade.

Fonte: Blog RT / Revista VEJA

## Notícias Estaduais

### Assuntos Econômicos

#### *Trabalhadores e empresários do Paraná definem data para movimento contra a desindustrialização*

Trabalhadores e empresários da indústria do Paraná debateram nesta terça-feira (13), em Curitiba, detalhes da manifestação contra a desindustrialização que será realizada no Estado. O movimento está marcado para 3 de abril, como parte de uma mobilização nacional para sensibilizar o governo federal sobre a necessidade de políticas que revertam a tendência de sucateamento do setor industrial brasileiro.

O Grito de Alerta em Defesa da Produção e do Emprego reúne, do mesmo lado, algumas das principais entidades empresariais e centrais sindicais de trabalhadores de todo o país. “Trabalhadores e empresários querem, juntos, mostrar ao governo federal que a manutenção deste cenário desfavorável enfrentado pelo setor industrial brasileiro trará graves consequências para o desenvolvimento econômico e social do país no futuro”, afirma o presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo.

Na reunião desta terça-feira, foram discutidos detalhes operacionais da mobilização que será realizada no Paraná. Representantes das entidades empresariais e centrais sindicais voltarão a se reunir nas próximas semanas para definir o formato final da mobilização.

Manifestações semelhantes também acontecerão em Santa Catarina (em 28 de março), Rio Grande do Sul (29) e São Paulo (4 de abril). No dia 10 de maio, o movimento chega a Brasília, quando a presidente Dilma Rousseff deve participar de um evento na Confederação Nacional da Indústria.

Fonte: FIEP

#### *Vendas da indústria despencam e FIEP já vê retração no semestre*

Depois de terminar 2011 em níveis recordes, o faturamento da indústria paranaense despencou em janeiro, e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) já avisa que o setor poderá ter um primeiro semestre mais fraco que o do ano passado. Segundo a Pesquisa Conjuntural divulgada pela FIEP, as vendas da indústria no primeiro mês do ano recuaram 21,7% em relação a dezembro e 16% em relação a janeiro de 2011. O levantamento foi feito com empresas que representam 90% do faturamento e 40% do total de empregados da indústria estadual.

A retração foi disseminada. Dos 18 segmentos industriais monitorados pela FIEP, 11 venderam menos que em dezembro e nove diminuíram o ritmo em relação a janeiro do ano passado. Duas das principais atividades do estado recuaram mais que a média geral nas duas

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

comparações: as vendas da indústria automotiva caíram 44,3% em relação a dezembro e 26,7% sobre janeiro de 2011, enquanto o faturamento das fábricas de alimentos e bebidas diminuiu 28,3% e 31,5%, respectivamente.

A federação atribuiu parte do mau desempenho a questões sazonais e estatísticas. A atividade geralmente diminui no início do ano, diz a Fiep, o que justifica o recuo em relação a dezembro. Além disso, uma base atipicamente forte teria comprometido a comparação com janeiro de 2011, quando as vendas cresceram 27,5% em relação ao primeiro mês de 2010, em movimento agora revertido.

Outra influência negativa, segundo a federação, foi a quebra da safra agrícola, provocada pela estiagem prolongada que afetou o Paraná. Além de diminuir a produção de alimentos e bebidas, a frustração no campo reduz a renda de parte considerável da população, que, assim, consome menos.

Diante desse quadro, a FIEP avalia que, ao menos por enquanto, deve-se trabalhar com a perspectiva de “comprometimento do ritmo de crescimento de vendas registrado em 2011”. “Como o ano de 2011 foi de bom desempenho para a indústria paranaense, este primeiro semestre deve se constituir em período de fraca performance, com a perspectiva de ser inferior à do primeiro semestre de 2011”, disse em nota o coordenador do Departamento Econômico da Fiep, Maurílio Schmitt.

Como houve uma certa melhora em indicadores relacionados à produção – na comparação com janeiro de 2011, aumentaram o nível de emprego, o total de horas trabalhadas e uso da capacidade instalada –, Schmitt não descarta alguma recuperação nas vendas do setor em fevereiro, “inclusive sustentada por medidas de aumento de demanda, como a redução dos juros e o aumento do crédito”.

Fonte: Gazeta do Povo

### [Comércio Exterior](#)

#### ***CIN lança Catálogo da Indústria 2012***

O Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) lançou a 14ª edição do Catálogo da Indústria, publicação que tem como objetivo divulgar e aumentar a exposição das indústrias paranaenses no Brasil e em outros países.

Segundo a coordenadora do CIN, Janet Pacheco, o compêndio é uma importante fonte de pesquisa para os empresários de dentro e de fora do Brasil, que podem, através dele, encontrar informações sobre as empresas do Paraná. “O CIN é um agente de informações estratégicas econômicas e de mercado de altíssimo nível”, afirma. “Esse é um mapa muito bem definido do potencial industrial do Estado”, completa.

A edição 2012 do catálogo é trilingue (português, inglês e espanhol) e reúne informações sobre 7.790 indústrias de diversos segmentos. Ele está disponível em três formatos: impresso, CD-Room e digital, que pode ser adquirido através download.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

O CIN encaminha o catálogo para embaixadas, consulados e agentes econômicos externos que tenham interesse. A inclusão das informações das empresas paranaenses no catálogo é feita de forma gratuita.

Para o consultor Wagner Silva, da Escola Técnica Tupi, um dos anunciantes do catálogo, a publicação do CIN “é uma fonte de referência muito valiosa sobre o Paraná”.

O lançamento oficial do catálogo ocorreu na sede Jardim Botânico da Fiep (Cietep) e reuniu dezenas de empresários, que ao longo do dia puderam conferir palestras sobre diversos aspectos do comércio exterior promovidas pelo CIN.

Fonte: FIEP

### ***Flexibilidade é a palavra de ordem nas negociações internacionais***

O Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) realizou um curso de capacitação na área de Negociação Internacional.

A iniciativa, voltada a profissionais da área de comércio exterior e estudantes, teve como objetivo desenvolver competências para lidar com diferentes culturas em negociações privadas, principalmente compra e venda de produtos no ambiente internacional.

“O Brasil vive um momento virtuoso, não podemos perder esta oportunidade de aumentar nossos negócios internacionais por falta de bons negociantes”, afirmou o ministrante do curso Sérgio Pereira. Com mais de vinte e dois anos de experiência na elaboração e implementação de estratégias de inserção internacional de empresas, ele afirma que a palavra de ordem na negociação internacional hoje é “flexibilidade”, uma vez que este tipo de experiência coloca o negociador nas mais diversas situações.

Para Marcia Melo, profissional da área comercial da multinacional Votorantim, o curso promovido pelo CIN poderá ser a ponte para uma carreira em comércio exterior. “Minha iniciativa de fazer esta capacitação foi a expectativa de migrar para a área internacional.”, afirma.

Também o analista de comércio internacional da empresa Carbomafra, Pedro Amorim, aprovou o conteúdo do curso. “São experiências e informações que ajudam na hora da tomada de decisão.”, avalia.

**Cursos:** No ano passado, o CIN promoveu oito cursos que beneficiaram 111 participantes. Para este ano estão previstos 16 cursos, que serão realizados em Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina. Para saber mais [clique aqui](#).

Fonte: FIEP

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

## **Infraestrutura**

### **Cesar Filho debate projeto sobre prazo para entrega de imóveis com representantes do SINDUSCON**

O deputado Cesar Silvestri Filho (PPS) recebeu representantes do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (SINDUSCON-PR), para debater o projeto de lei de sua autoria que fixa regras e penalidades para o fornecedor que não entregar o imóvel comercializado no prazo. “Precisamos nivelar por cima a relação de consumo do mercado imobiliário prestigiando as boas empresas, que mantêm uma relação transparente com seu consumidor, e criar uma pressão coercitiva da lei para aquelas empresas que aproveitam um momento de aceleração no mercado para causar graves prejuízos aos consumidores”, explica Cesar Filho.

O projeto de lei nº 041/2012 dispõe sobre o limite máximo de tempo de atraso permitido para a entrega de imóvel adquirido na planta, estabelece regras para o acompanhamento do cronograma da construção e define penalidades aplicáveis em caso de descumprimento. “É preciso que as empresas da construção civil trabalhem dentro de uma linha de planejamento em respeito, em primeiro lugar, ao consumidor”, defende o deputado.

Segundo o presidente do SINDUSCON/PR, Normando Antonio Baú, os atrasos nas obras são movimentos pontuais, que deveriam ser tratados como efeito e não como causa. “Nos últimos anos tivemos um aumento muito grande de construções lançadas no mercado e é inevitável que um movimento acelerado como esse traga um desabastecimento no setor, com a falta de mão de obra e até mesmo de matéria prima”, afirma.

Mas, de acordo com o parlamentar autor do projeto, a proposição vem justamente para equilibrar a relação entre consumidor e fornecedor. “Não queremos pegar ninguém de surpresa, mas precisamos defender o lado mais fraco desta história que é o consumidor”, comenta Cesar Filho, ao acrescentar que o projeto, antes de ir para votação em Plenário, deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), além de outras comissões técnicas que vão avaliar o seu mérito. “Todo esse processo torna o nosso projeto o mais democrático possível, onde vocês poderão fazer suas considerações e análises. Além disso, me coloco à disposição para podermos efetivamente discutir a proposta”, finaliza.

Para o presidente do SINDUSCON/PR, o espaço para debater com o autor do projeto também pode trazer segurança para o setor. “O nosso receio é sobre as penalidades que as pequenas e médias empresas podem sofrer. Mas esse espaço para o diálogo mostra que temos um tempo hábil para fazer nossa lição de casa e apresentar quais são as relações existentes hoje entre consumidor e fornecedor”.

Fonte: ALEP

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

### ***Portos serão parceiros do Governo no projeto Bioclima***

O secretário estadual do Meio Ambiente, Jonel Iurk, apresentou no Porto de Paranaguá o programa Bioclima Paraná, que será lançado em abril. O secretário, que tem realizado uma série de reuniões com o mesmo objetivo, foi recebido pelo superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Airton Maron. Técnicos do porto participaram da reunião para conhecer mais detalhes do projeto que vai estabelecer regras para a conservação e recuperação da biodiversidade no Estado.

De acordo com Iurk, a Appa tem presença importante na bacia litorânea e dar conhecimento ao porto é fundamental para o sucesso do projeto. “O Porto será protagonista da consecução do programa que prevê a recuperação da biodiversidade. A área litorânea é frágil e o porto poderá dar contribuições com as políticas públicas, não só com relação às populações tradicionais como também na questão dos monitoramentos”, disse o secretário. Para Maron, o trabalho conjunto da Appa e da Sema vai permitir uma mudança significativa nas questões ambientais do litoral. “Temos plena consciência da relevância deste assunto na atividade portuária e já estamos inclusive trabalhando na criação de uma diretoria de meio ambiente aqui na Appa. Estamos preparando ações que vão se reverter em benefícios à população e preservação dos recursos naturais”, disse.

O projeto Bioclima prevê ações nas áreas ambiental e agrícola, estendendo-se também para o meio urbano. O Bioclima Paraná regulamentará, entre outros aspectos, a composição da reserva legal conforme o texto final do Código Florestal, que deve ser votado na Câmara dos Deputados nos próximos dias.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

### ***Vigilância sanitária prepara operação para Copa 2014***

Na reunião da Câmara Temática da Saúde, ocorrida no Palácio das Araucárias, o médico Matheus Chomatas, da Secretaria de Estado da Saúde e vice-presidente do órgão, informou que a vigilância sanitária, tanto da Prefeitura como do Governo do Estado, estará atuando de forma muito forte na preparação do Mundial em Curitiba.

Segundo ele, o turista vai contar com o apoio da vigilância sanitária, visando ter tranquilidade ao se alimentar em lanchonetes, restaurantes ou bares. “Vamos atuar também junto aos ambulantes, buscando sempre uma ação de controle da limpeza, higiene e qualidade dos produtos”, disse Chomatas.

Beatriz Ferreira Monteiro Oliveira, da Secretaria estadual da Saúde, fez uma apresentação dos trabalhos que a secretaria vem realizando, visando a criação de novos programas que possam gerar um legado para os paranaenses, além de atualizar com dados oficiais os programas que estão em andamento. “Nosso planejamento vem sendo cumprido com metas de médio e curto prazo. Estamos disponibilizando para a Copa helicópteros e uma aeronave UTI. Vamos atuar no monitoramento de vírus e aplicações de vacinas, numa

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

integração operacional que envolve os serviços do Samu, Siate, Corpo de Bombeiros e as secretarias da saúde do Estado e Município”, disse Beatriz.

Matheus Chomatas falou também sobre os boletins informativos epidemiológicos. “A Secretaria voltou a publicar o Boletim Informativo Epidemiológico Semanal, para enfatizar o quesito comunicação”.

Na abertura da reunião, o secretário especial para Assuntos da Copa, Mario Celso Cunha, enfatizou a importância da contribuição dos trabalhos realizados pela secretaria estadual da Saúde na preparação do Mundial. “A secretaria realiza um ótimo trabalho de qualificação dos profissionais da área, e isto é uma grande contribuição para os preparativos da Copa 2014”.

São diversos cursos que a Secretaria da Saúde ministra para os trabalhadores do Samu e Siate, envolvendo técnicos de enfermagem, bombeiros socorristas e condutores de ambulância. Também com cursos de atuação em traumas, com médicos e enfermeiros, preparação para atendimento em desastres, investigação de surtos e cursos de idiomas.

Participaram da reunião representantes de diversas entidades, como Ministério Público, SESA, Hospital Cajuru, Hospital do Trabalhador, Hospital Evangélico, Celepar, Casa Militar, Secretaria Municipal da Saúde, Siate, Observatório Metropolitano, Vigilância Sanitária e outras entidades.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## Energia

### ***Japoneses apresentam na FIEP tecnologias para recuperação energética de resíduos***

A Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) sediou a 1ª Conferência Paraná-Japão de Recuperação Energética de Resíduos. Empresas e organismos públicos japoneses apresentaram soluções e tecnologias para o tratamento de resíduos e geração de energia através deles, abrindo a possibilidade de parcerias com companhias e prefeituras paranaenses.

A conferência – organizada em parceria entre a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Japão do Paraná (CCIBJ), FIEP e a Agência de Comércio Exterior do governo japonês – foi o primeiro resultado prático da visita que uma comitiva paranaense fez ao Japão, em fevereiro. “Fomos muito bem recebidos no Japão e esta conferência é reflexo daquela visita”, explicou o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, que integrou a missão paranaense que foi à Ásia e abriu os trabalhos da conferência nesta segunda. “Por ser um país que frequentemente enfrenta dificuldades na geração de energia, o Japão sempre busca matrizes alternativas e tem muito a nos ensinar”, acrescentou.

A premissa foi confirmada na conferência por Kenji Wasada, do departamento de Energia, Conservação e Energias Renováveis, órgão ligado ao Ministério de Economia, Indústria e Comércio do Japão. “Passamos por um momento de importante revolução energética no

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

Japão, por conta das recentes tragédias que atingiram nosso país”, disse, referindo-se ao terremoto seguido de tsunami que atingiu o país e colocou em xeque a segurança das usinas atômicas japonesas.

O presidente da CCIBJ do Paraná, Yoshiaki Oshiro, ressaltou que a vinda de representantes de empresas e órgãos governamentais japoneses para tratar do assunto é uma grande oportunidade para o Estado. “As empresas japonesas têm procurado mecanismos de alta tecnologia para a questão de tratamento de resíduos e geração de energia. Este intercâmbio que estamos promovendo pode acrescentar benefícios para ambos os países”, declarou.

**Tecnologia:** Durante o encontro, três empresas japonesas apresentaram as tecnologias e soluções que disponibilizam para a geração de energia durante o processo de incineração de resíduos sólidos urbanos ou de tratamento de dejetos animais. Também foi apresentado o sistema de gerenciamento utilizado pelo Tokyo 23, consórcio responsável pelo tratamento de resíduos nas cidades que compõem a região metropolitana da capital japonesa.

Edson Campagnolo afirmou que o Sistema Fiep, por meio do Senai Paraná, pode ser um parceiro para trazer esses sistemas de gerenciamento de resíduos para o Estado. “Temos interesse em parcerias não apenas para que as empresas japonesas atuem no Paraná, mas também transfiram essas tecnologias para nós”, disse.

Além de empresas paranaenses que buscam parcerias nessa área, a conferência reuniu representantes de prefeituras paranaenses interessadas em implantar sistemas mais modernos de gerenciamento do lixo. É o caso de Foz do Iguaçu. “Estamos abrindo licitação para um novo aterro sanitário no município e queremos utilizar uma nova tecnologia de tratamento desses resíduos, com a possibilidade de geração de energia”, afirmou o prefeito Paulo Mac Donald Ghisi. Segundo ele, as empresas japonesas serão convidadas a participar da concorrência.

A troca de experiências com os japoneses também pode contribuir para o planejamento do consórcio intermunicipal de tratamento de resíduos da região metropolitana de Curitiba. Durante a conferência, a secretária de Meio Ambiente da prefeitura da capital, Marilza Dias, apresentou as características do sistema de gerenciamento utilizado pelo consórcio e afirmou que o intercâmbio pode contribuir para o projeto de criação de uma usina de tratamento dos resíduos que será implantado na região, cuja licitação também está sendo preparada. “Entender o processo utilizado lá, especialmente em Tóquio, foi muito importante para nós”, ressaltou.

Fonte: FIEP

### ***Pesquisa no setor elétrico brasileiro entra em nova fase***

Investimentos em projetos para geração de energia elétrica a partir de resíduos e efluentes líquidos, energia eólica e rede elétrica inteligente estão entre as novas linhas de pesquisa que deverão ser incluídas no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

brasileiro, gerido pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). O superintendente de Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética da Aneel, Máximo Pompermayer, anunciou as novidades na manhã desta terça-feira (13), em Curitiba, no segundo dia do 1º Epase (Encontro de P&D dos Agentes do Setor Elétrico).

Os temas estratégicos são uma modalidade de projeto de P&D idealizada pela Aneel para enfrentar os desafios prioritários para o setor e a sociedade. “Nossa intenção foi evitar a pulverização de recursos em demandas isoladas”, diz Pompermayer. Hoje, os projetos estratégicos representam pouco mais de 30% dos investimentos anuais dos recursos de concessionárias de energia em pesquisa. Apenas nos últimos nove anos foram investidos cerca de R\$1,6 bilhão em 4.639 projetos.

Segundo Máximo Pompermayer, os temas estratégicos escolhidos pela Aneel – e alinhados com a política de desenvolvimento do governo federal – traduzem desafios e também oportunidades. “Oportunidades de desenvolver uma competência nacional, de criar novos centros de pesquisa, de dinamizar a indústria e de não ficarmos dependentes tecnologicamente do que foi desenvolvido lá fora”, afirma Pompermayer.

Os novos temas ainda não estão consolidados, mas as propostas antecipadas por Pompermayer abrem novas perspectivas para o setor, que é obrigado por lei a investir uma porcentagem de seus resultados em P&D. As linhas apontadas pelo superintendente tratam de resíduos e efluentes líquidos; rede elétrica inteligente; gestão de impactos de eventos climáticos; monitoramento online da qualidade da energia elétrica distribuída; desenvolvimento de base tecnológica e de componentes da cadeia de suprimento do segmento de geração eólica de energia; e novas tecnologias e sistemas de transmissão de energia elétrica.

Máximo Pompermayer participou do primeiro painel do Epase que tratou sobre projetos estratégicos e cooperados. Também participaram do painel Donato Filho (diretor da EDP) e Marco Delgado (diretor da Abradee), apresentando experiências de êxito, evolução dos processos e a expectativa de resultados dos projetos estratégicos.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

## **Meio Ambiente**

### ***Deputados decidiram ainda adiar por três sessões a discussão do veto nº 011/12***

Os deputados aprovaram um requerimento assinado pelo deputado Ademar Traiano, líder do Governo, e pelo deputado Elton Welter (PT), líder da Oposição, adiando os debates sobre o veto nº 011/12, aposto ao projeto de lei 260/2011, de autoria do deputado Caito Quintana (PMDB), que proíbe o uso de sacos e sacolas plásticas descartáveis nos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos no Paraná. Segundo a proposta de Quintana, o uso de sacos e sacolas plásticas só seria permitido se fossem fabricadas exclusivamente com matérias

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

primas biodegradáveis, derivadas total ou parcialmente de fontes de origem renovável natural.

Na justificativa ao veto enviado à Assembleia, o Governo diz que considera a iniciativa contrária ao interesse público e afirma o seguinte: “Ao propor a substituição das sacolas convencionais pelas biodegradáveis, o projeto de lei gera no imaginário das pessoas a falsa idéia de que as novas embalagens poderiam ser descartadas sem qualquer dano ao meio ambiente, o que não é verdade. Essas embalagens supostamente biodegradáveis são oxidegradáveis ou fragmentáveis, que recebem aditivos químicos para acelerar o processo de degradação”, completa.

Outro argumento do Executivo para vetar o projeto envolve a questão do custo que essa mudança traria para a população. “Com essa exigência, os estabelecimentos que utilizam as sacolas plásticas deverão atender às exigências da Lei, adquirindo sacos plásticos fabricados com matérias-primas biodegradáveis derivadas, notoriamente mais caras do que as sacolas comuns. Sendo assim, os estabelecimentos comerciais provavelmente não irão arcar com mais esse custo, repassando este aumento ao consumidor”.

Fonte: ALEP

### [Política Agroindustrial](#)

#### ***Conselho de Sanidade Agropecuária discute nova lei estadual de agrotóxicos***

O Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa), presidido pelo secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, reuniu-se para discutir a nova resolução sobre o cadastro de agrotóxicos – em vigor no Paraná desde o dia 26 de dezembro de 2011. Durante o encontro, também foram apresentadas avaliações sobre a situação da raiva em bovinos no Estado e a posição do Brasil em relação às doenças da vaca louca e scrapie (que atinge ovinos e caprinos).

A resolução sobre o cadastro de agrotóxicos permite que as indústrias de agrotóxicos que têm produtos já liberados para o mercado pelo governo federal possam comercializá-los no Paraná.

Apesar da simplificação dos procedimentos, a engenheira agrônoma Celia Regina Nascimento, do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (Defis), disse que as indústrias deverão atender as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que exige testes detalhados para verificação de resíduos de agrotóxicos nos alimentos.

Segundo Ortigara, a iniciativa de revisar a lei de agrotóxicos buscou atender a carência de agricultores sem acesso a produtos mais novos e eficientes lançados pela indústria, vendidos normalmente em outros estados. Segundo o secretário, os bons agricultores vinham sendo penalizados com a perda de competitividade diante de outros que recorriam ao contrabando.

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

Havia restrições excessivas para o registro de novos agrotóxicos, principalmente os indicados para as lavouras de mandioca, arroz e frutas. Conseqüentemente, as empresas não investiam para registrar os produtos no Paraná. A medida foi bem recebida pelos membros do Conesa. Para o presidente da Sociedade Rural do Paraná, Gustavo Lopes, o produtor rural se via impedido de trabalhar com produtos de qualidade por falta de registro.

Segundo Ortigara, a nova resolução busca atrair o investimento de empresas que querem registrar produtos mais seguros dos que existem atualmente, com menos toxicidade e que provocam menos danos ao meio ambiente. Ele destacou que a secretaria está se esforçando no sentido de fazer valer as boas praticas de produção em sintonia com o governo federal, para estimular as empresas interessadas em investir no registro de novos produtos.

"A secretaria vai continuar trabalhando para que as dosagens, misturas e carências dos produtos atendam as normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura", disse o secretário. "Essa é a nossa preocupação, e vamos seguir fiscalizando o uso excessivo de agrotóxicos", acrescentou.

Outra linha de trabalho adotada pela secretaria é orientar o produtor para que faça o Manejo Integrado de Pragas (MIP), em que o agrotóxico só deve ser aplicado quando for verificada a infestação de pragas e doenças e na medida que estejam provocando danos econômicos. "É mais racional e reduz o custo de produção", explicou o secretário.

**Raiva em bovinos:** A médica veterinária Elzira Jorge Pierre, responsável pela área de raiva do Defis, apresentou um relato sobre a situação da raiva em bovinos no Paraná – doença transmitida por mordidas de morcegos hematófagos contaminados. Segundo ela, a Secretaria da Agricultura constatou uma situação atípica na incidência da doença na região Norte do Estado, que neste ano registrou o maior número de casos, enquanto em anos anteriores não registrou circulação viral.

Em todo o Estado, foram notificados 50 casos de raiva bovina em 44 focos detectados. Apenas na região de Londrina foram registrados 21 casos. Em Ponta Grossa, onde a incidência era maior nos anos anteriores, foram notificados somente quatro casos nos dois primeiros meses deste ano. Em 2011, foram 45.

De acordo com a médica veterinária, para que o Defis possa acompanhar os casos e adotar as medidas profiláticas que a situação exige, é necessário que as ocorrências sejam registradas nos Núcleos Regionais da Secretaria de Agricultura (são 21 em todo o Estado) ou nas Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV). "É responsabilidade do produtor comunicar à secretaria a presença de abrigos de morcegos em suas propriedades ou nas de seus vizinhos para que possamos controlar a evolução dos casos", alertou.

Estão cadastrados na secretaria 919 abrigos de morcegos em 164 municípios. A maioria fica nas regiões Sul e Central. Esses abrigos podem ser bueiros, casas abandonadas, ocos de árvores, e cavernas, entre outros.

Para evitar a doença nos animais, a secretaria recomenda a vacinação contra a raiva bovina. Segundo a médica veterinária, a doença não tem cura e, uma vez contaminado, o animal morre. E pode se transmitir dos animais para os homens, levando-os também à morte. "A

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

vacina é eficaz e barata, custa menos de R\$ 1 por cabeça e funciona muito bem”, esclareceu Elzira.

Nos animais de criação, a vacinação é feita a partir dos três meses de idade, com reforço após 30 dias e depois uma vez por ano. Proprietários das áreas em que tenham sido identificados os casos de raiva bovina devem vacinar seus rebanhos e também os animais domésticos. “Embora não haja campanha de vacinação contra a raiva, ela é recomendada nas regiões endêmicas”, disse a veterinária.

**Doença da vaca louca:** De acordo com Elzira Pierre, a Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) deverá fazer, em maio deste ano, uma nova avaliação de risco do Brasil para a incidência da Encefalopatia Espongiforme Bovina (mais conhecida como doença da vaca louca) e do scrapie (outra doença priônica que afeta os animais ruminantes).

A tendência é que o Brasil, que nunca registrou casos da doença da vaca louca, seja alçado a país de risco insignificante, situação que melhora o cenário para as exportações de carne bovina. “Atualmente, a doença da vaca louca é a segunda barreira sanitária que mais prejudica as exportações de carne de um país”, disse a veterinária.

A técnica alertou o Conesa para que se envolva na conscientização dos produtores, que devem evitar o uso de cama de aviário como alimentação para animais – pois os resíduos de animais são agentes causadores das doenças priônicas que afetam o cérebro dos animais ruminantes.

No Paraná, o uso de cama de aviário como alimentação de animais está proibido, e o produtor que infringir a legislação pode sofrer multas pesadas e abate de seus animais. Segundo Elzira, os Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs) devem alertar os produtores para que evitem essa prática. Para ela, somente a fiscalização, educação e a informação vão ajudar o Estado e o País a alcançar uma classificação melhor, que ajude os produtores a exportarem mais seus produtos e subprodutos de origem animal.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

### ***Projeto determina que açougues e supermercados identifiquem fornecedores de carne***

O projeto de lei nº 493/11, de autoria do deputado Nelson Garcia (PSDB), que obriga os açougues, supermercados ou comerciantes de carnes, em geral, a expor, em local visível aos consumidores, o nome, telefone e endereço do frigorífico fornecedor do produto colocado à venda, foi aprovado nesta terça-feira (13), pelo Plenário da Assembleia Legislativa, em segunda discussão. Nesta sessão passaram também outras sete matérias e 20 indicações, as proposições legislativas pelas quais um deputado ou uma comissão técnica podem sugerir a adoção de medidas ou pedir providências para entidades públicas ou privadas.

Na avaliação de Garcia, “é fundamental para a garantia da saúde de todos que se saiba a procedência da carne consumida. A disponibilização desses dados não cria nenhum tipo de despesa”, sublinhou. O deputado afirma que há dificuldade de se manter um eficiente

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

controle da qualidade sobre as carnes vendidas no varejo, fora de suas embalagens originais. Por isso, ele entende ser necessário criar mecanismos que possam amenizar a inserção de produtos de origem duvidosa no mercado, inibindo a atuação de frigoríficos clandestinos e, conseqüentemente, os riscos de se levar à mesa do consumidor um alimento que ofereça riscos à saúde.

Fonte: ALEP

## **Questões Institucionais**

### ***Assembleia aprova projeto que amplia Região Metropolitana de Londrina***

O Plenário da Assembleia legislativa aprovou um projeto de lei complementar que inclui os municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina. A proposição de nº 731/11, aprovada em primeira discussão, é de autoria dos deputados Luiz Eduardo Cheida (PMDB) e Ademar Traiano (PSDB).

O projeto altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 81/98 (que deu origem a essa região metropolitana), com redação modificada pela Lei Complementar nº 129/10. Conforme os autores, esses municípios já estão referenciados em Londrina, usufruindo de uma série de serviços daquele centro urbano. “O deslocamento de municípes destas regiões para Londrina é frequente e intenso. Mesmo assim, eles não podem usufruir dos benefícios legais de estarem integrados à Região Metropolitana de Londrina”, explicam.

A votação foi acompanhada pelo prefeito Almir Batista dos Santos, de Sabáudia, que enalteceu a importância dessa integração de seu município à Região Metropolitana de Londrina. Segundo ele, com a mudança podem ser ampliados especialmente os programas de habitação e segurança, em consequência do aumento dos recursos federais.

Na proposição os parlamentares lembram que Sabáudia dista cerca de 40 quilômetros de Londrina; Jaguapitã, 55 quilômetros; e Pitangueiras, 58 quilômetros. Na opinião de Cheida e de Traiano, a inserção dos municípios nessa região metropolitana “trará benefícios e fará justiça com o que de fato já acontece nesta área do estado”. A Região Metropolitana de Londrina foi instituída pela Lei Complementar Estadual 81, de 17 de Junho de 1998, sendo formada pelos municípios de Londrina, Cambé, Rolândia, Ibiporã, Sertãoópolis, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho e Tamarana, totalizando 766.682 habitantes, de acordo com estimativas do IBGE (de 2009).

Fonte: ALEP

### ***Serraglio assume a coordenação da bancada paranaense***

O deputado federal Osmar Serraglio (PMDB) foi eleito o coordenador da bancada paranaense no Congresso Nacional. Ele vai ficar no cargo por um ano e será responsável pela

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

articulação política dos 33 parlamentares federais (três senadores e 30 deputados) do estado. Além disso, terá o desafio de melhorar a execução das emendas coletivas ao orçamento da União, cujo empenho (dinheiro reservado pelo governo) caiu 60% entre 2010 e 2011 – de R\$ 82,6 milhões para R\$ 32,9 milhões.

Serraglio promete uma gestão voltada à organização da bancada em torno de assuntos legislativos importantes para o Paraná. “Não estou aqui só para lidar com emendas. Precisamos nos posicionar sobre temas importantes para todo estado, como o novo Código Florestal, o marco regulatório do pré-sal, a Lei-Geral da Copa”, disse.

O deputado também garantiu que não terá problemas de diálogo tanto com o governo federal, quanto com o estadual. “Sou vice-líder do governo federal na Câmara, acho que isso facilita bastante. E, no Paraná, lembro que lá nos anos 1990 fiz dobradinha de campanha com o governador Beto Richa quando ele foi candidato a deputado estadual.”

**Emendas:** Segundo Serraglio, os problemas de execução de recursos foram generalizados no ano passado. “Foi ruim para todos os estados e, neste ano, não dá para imaginar que teremos muito dinheiro também.” O deputado lembra que, em 2012, o corte global de R\$ 55 bilhões nas contas do governo atinge todas as emendas parlamentares – individuais e coletivas.

Na comparação com outros estados, no entanto, o Paraná teve a menor quantidade de emendas coletivas empenhadas entre os sete estados das regiões Sul e Sudeste no ano passado. Em 2010, também ficou bem atrás dos dois vizinhos sulistas – dos R\$ 264 milhões autorizados naquele ano, só R\$ 82,6 milhões foram empenhados.

Por outro lado, o governo autorizou R\$ 292 milhões em emendas coletivas dos parlamentares catarinenses e empenhou R\$ 127 milhões. Para os gaúchos, foram autorizados R\$ 344 milhões e empenhados R\$ 130 milhões. O orçamento de 2012 prevê R\$ 364 milhões em emendas coletivas para o Paraná, divididas em 20 empreendimentos diferentes.

Ao entregar o cargo a Serraglio, o ex-coordenador Fernando Giacobbo (PR) disse que conseguiu melhorar a execução das emendas de 2011 negociando neste ano com o governo. Ele declarou que os ministérios da Educação e Saúde se comprometeram a liberar os recursos solicitados pelos parlamentares paranaenses no ano passado por outros canais, mas que o crédito é da bancada. De acordo com Giacobbo, os acordos fariam os empenhos ficarem próximos a R\$ 100 milhões. Esses empenhos, porém, não constam no sistema de acompanhamento financeiro da União.

**Quem é:** Serraglio é advogado, mestre em Direito Constitucional pela PUC de São Paulo e está no quarto mandato consecutivo como deputado federal. Entre 2007 e 2009, foi primeiro-secretário da Câmara, segundo cargo mais disputado da Casa após a presidência. Em 2005, ganhou notoriedade como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, que apurou as denúncias ligadas ao mensalão.

Fonte: Gazeta do Povo

## Relações do Trabalho

### *TRT do Paraná está entre os campeões da conciliação*

A presidente do TRT da 9.<sup>a</sup> Região, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, explica que o órgão não costuma impor metas de conciliação, mas apenas de encaminhamentos que possam ser feitos nesse sentido. Para ela, quanto mais natural e eficiente for a técnica de conciliação aplicada, melhores serão os resultados.

É por isso que o órgão criou, no fim de 2011, atendendo a uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Núcleo de Conciliação. O departamento acabou por reunir em uma só coordenadoria os Juízes Auxiliares de Conciliação de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus, instituídos ainda em 2007, assim como o Projeto Horizontes – que cuida de mais de 30 mil processos que não foram executados por alguma razão e foram parar no arquivo provisório do órgão. Foram esses trabalhos “pilotos” que ajudaram a tornar o tribunal paranaense uma referência na mediação de casos por acordos e fizeram o TRT9 ser escolhido como sede para o 1.<sup>o</sup> Encontro Nacional da Conciliação Trabalhista, que ocorrerá em maio.

**Primeiro contato:** Desde a primeira audiência, se for de vontade de ambas as partes, é possível tentar compor um acordo. Geralmente no primeiro encontro o juiz menciona a possibilidade.

**Diálogo:** Os advogados das duas partes também podem ir conversando para chegar a um acordo. Muitas vezes uma segunda ou terceira audiência serve apenas para assinar um termo de conciliação já negociado.

**Processos em andamento:** Para quem tem processos que estão em 1.<sup>a</sup> (nas varas) e 2.<sup>a</sup> (no tribunal) instâncias, os contatos para manifestar a vontade de propor um acordo é o dos Juízes Auxiliares de Conciliação (JACs) – Rua Vicente Machado, 400, 6.<sup>o</sup> andar, Curitiba; telefone (41) 3310-7360 ou e-mail conciliar@trt9.jus.br

**Sem recurso:** O TRT-PR também tem procurado oferecer o encontro e ambiente adequados à conciliação antes do envio do processo ao TST, em Brasília. Nos dois primeiros meses de 2012, 92 acordos foram feitos nessa fase, com mediação direta da vice-presidência do órgão. Quem está com um processo nessa fase e deseja propor um acordo pode procurar a vice-presidência do tribunal pelo telefone (41) 3310-7489 ou pelo e-mail conciliacao@trt9.jus.br

**Arquivo:** Há ainda os cerca de 34 mil casos que estão no arquivo provisório do TRT-PR à espera de uma execução que não se cumpriu por algum motivo e estão em processo de revisão pelo Projeto Horizontes. Entre as causas mais comuns para o não cumprimento da sentença final desses processos estão o desconhecimento da localização do reclamado ou reclamante, ou a falta de condições de pagamento por parte do ex-empregador. Quem tem

*nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012*

um processo nessa situação e quer buscar um acordo deve ir até o Arquivo Geral do TRT em Curitiba (Rua Vidal Natividade da Silva, 600, Cajuru), ligar para o telefone (41) 3310-7757 ou enviar um e-mail para [projeto horizontes@trt9.jus.br](mailto:projeto horizontes@trt9.jus.br)

O alvo mais recente do Núcleo são os processos em fase de admissibilidade de recurso de revista – aqueles avaliados antes do envio ao TST. As audiências, presididas pelo vice-presidente do órgão, o desembargador Altino Pedrozo dos Santos, já resultaram em 92 acordos nos dois primeiros meses de 2012 (R\$ 8,1 milhões negociados).

**Demanda:** Entre os setores mais demandantes da Justiça trabalhista nas instâncias de primeiro e segundo graus estão a indústria, os serviços diversos (limpeza, manutenção etc.) e o comércio. Já entre as atividades que chegam à última instância – o TST, em Brasília – estão a indústria, os serviços financeiros (bancos, por exemplo) e a administração pública. “São, notadamente, algumas das atividades econômicas que têm como bancar essa movimentação das ações”, avalia Ana Paula Pavelski, coordenadora da pós-graduação em Direito do Trabalho do Unicuritiba e advogada da área.

Para levar o processo ao TST é preciso depositar R\$ 6.290 para recursos ordinários e R\$ 12.580 para recursos de revista, embargos, recursos extraordinários ou de ação rescisória. É esse poder de “resistência” que também ajuda a determinar o comportamento dos trabalhadores de algumas atividades em relação aos conflitos trabalhistas. Pedro Paulo Cardozo Lapa, advogado do Departamento Jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, revela que os funcionários das grandes indústrias da região da capital têm pouquíssima esperança de resolver suas questões por acordo. “Nessa atividade é uma ou outra empresa que se propõe a sentar e conversar quando o processo ainda está aqui no estado”, afirma.

**Lista de devedores colhe frutos:** Com apenas dois meses de funcionamento, o Cadastro Nacional de Débitos Trabalhistas, baseado no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, já rende resultados. O Núcleo de Conciliação do TRT da 9.<sup>a</sup> Região já começou a receber demandas de devedores que não querem permanecer inscritos no novo banco de dados. O advogado Pedro Paulo Cardozo Lapa diz que ao menos quatro empresas clientes do seu escritório o procuraram, provocadas pela sua citação no novo cadastro.

“A principal pressão do cadastro funciona nas empresas que têm o costume de disputar licitações públicas. Se estiverem na lista, não podem participar delas”, explica a presidente do órgão, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão. Em todo o país são cerca de 1,6 milhão de processos inscritos na nova base de dados – destes, 105 mil efetivamente já enviados do Paraná para Brasília e 23 mil ainda em fase de checagem. Somente após a fase de execução, em que o reclamado é intimado a pagar e não paga, é que o processo é incluído na lista. O cadastro tem tanto processos antigos, de mais de 20 anos, quanto novos, executados há apenas alguns dias.

Fonte: Gazeta do Povo

nº 11. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 16 de março de 2012

### **Saúde avalia risco de contaminação de trabalhadores em indústrias de baterias**

A Secretaria da Saúde fez aulas presenciais do treinamento de vigilância em saúde do trabalhador para profissionais que atuarão na fiscalização de indústrias de baterias no Paraná. O curso dá andamento ao processo de descentralização da fiscalização, que hoje é realizada pela equipe do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador.

Segundo o superintendente de Vigilância em Saúde, Sezifredo Paz, a descentralização intensificará o trabalho de fiscalização nas regiões onde há indústrias desse ramo. “Com a capacitação, técnicos das regionais de saúde e municípios poderão visitar com mais frequência esse tipo de empresa e verificar se as condições estruturais e de segurança estão de acordo com as normas vigentes”.

Estrutura inadequada, falta de equipamentos de proteção individual, falhas no sistema de exaustão e ventilação, maquinário sem manutenção e desinformação de trabalhadores e empregadores são alguns dos fatores que favorecem a ocorrência de acidentes e contaminações nesse tipo de fábrica.

Um dos principais riscos ao trabalhador é a intoxicação por chumbo, substância tóxica que, em contato com o organismo, pode causar desde dor abdominal até insuficiência renal.

De acordo com o médico do trabalho, Zuher Handar, é obrigação da empresa oferecer, a cada seis meses, o exame que avalia a quantidade de chumbo no sangue. “Caso o nível de chumbo esteja elevado, o trabalhador deve ser afastado imediatamente do ambiente de trabalho”, disse.

Se a empresa apresentou irregularidades anteriores, o intervalo de tempo do exame pode ser reduzido.

O tratamento varia de acordo com o grau e tempo de exposição que o trabalhador teve ao chumbo. “Nos casos mais simples o tratamento consiste na ingestão abundante de água, pois o chumbo pode ser expelido pela urina”, disse Handar.

Antes do treinamento, os profissionais tiveram que visitar uma fábrica de baterias chumbo-ácido ou reciclagem para conhecer a produção. Além disso, foi proposto a elaboração de um relatório preliminar com possíveis irregularidades identificadas durante a visita.

Em Curitiba, a programação contou com palestras sobre os procedimentos que devem ser adotados durante a fiscalização e foram ministradas pelo professor Gilmar Trivelato, consultor da Fundacentro-MG.

As atividades continuarão nos próximos dois meses, prazo final para os profissionais apresentarem um relatório detalhado da situação das empresas e um plano de intervenção para a redução dos riscos.

Fonte: Agência Estadual de Notícias